

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DANIELLE ABREU FRANCO**

**ESBOÇO SOCIOLINGUÍSTICO SOBRE RISCO DE PERDA E MANUTENÇÃO DE  
LÍNGUAS: O CASO DE CINCO LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS**

**BELÉM  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DANIELLE ABREU FRANCO**

**ESBOÇO SOCIOLINGUISTICO SOBRE RISCO DE PERDA E MANUTENÇÃO DE  
LÍNGUAS: O CASO DE CINCO LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação Letras, do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Letras – Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Ferreira

**BELÉM  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DANIELLE ABREU FRANCO**

**ESBOÇO SOCIOLINGUISTICO SOBRE RISCO DE PERDA E MANUTENÇÃO DE  
LÍNGUAS: O CASO DE CINCO LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Orientador: Prof<sup>a</sup> Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira.

Aprovação em:

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira (Orientadora)  
Universidade Federal do Pará

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>a</sup> Dr. Abdelhak Rasky (Membro)  
Universidade Federal do Pará

**BELÉM  
2013**

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de pós-graduação em Letras pela oportunidade de cursar como aluna especial e posteriormente como aluna regular, e assim, adquirir conhecimentos importantes que um profissional de letras precisa ter.

A FAPESP pela bolsa do mestrado.

Agradeço à professora Gessiane Picanço e ao professor Abdelhak Rasky por participarem da banca da minha qualificação contribuindo de forma significativa com a construção deste trabalho.

Agradeço aos professores, Hein van der Voort, Sidney Facundes, Risoleta Julião, Leopoldina Araújo e Carmen Rodrigues pela disponibilidade em contribuir com esta dissertação.

A minha orientadora, Marília Ferreira, por não ter desistido de mim.

Aos meus colegas do mestrado: Flávia Helena, Francinete Quaresma, Giselda Fagundes, Mariane Cruz, Celso Francês, Elisabeth Santos, Giovani Silva, Benedito Sales e inesquecível Apolo Macoto, pelo companheirismo e amizade.

À minha família: Leunice Franco (mãe); Lourival Franco (pai), Dimar Araujo (esposo); Pedrinho (filho) pela compreensão e carinho recebido nos momentos difíceis.

A Deus, por ter me dado a oportunidade de vivenciar mais este momento e de ter conhecido pessoas que jamais esquecerei.

*Teus pensamentos e vontade são a chave de  
teus atos e atitudes.  
São as fontes de atração e repulsão na tua  
jornada vivência.  
Não reclames, nem te faças de vítima.  
Antes de tudo, analisa e observa.  
A mudança está em tuas mãos.  
Reprograme tua meta, busca o bem e viverás  
melhor.  
Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um  
novo começo.  
Qualquer um pode começar agora e fazer um  
novo fim.*

***Francisco de Paula Xavier***

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das línguas indígenas brasileiras que fazem parte dos troncos Tupi e Macro Jê .....	16
Quadro 2 – Distribuição das línguas indígenas brasileiras em famílias maiores, menores e isolados linguísticos.....	17
Quadro 3 - Línguas indígenas em situação vulnerável de ameaça de extinção.....	20
Quadro 4 - Línguas indígenas definitivamente ameaçadas de extinção.....	22
Quadro 5 – Línguas indígenas seriamente ameaçadas de extinção .....	22
Quadro 6 – Línguas indígenas em situação crítica de ameaça de extinção.....	23
Quadro 7 – Línguas indígenas extintas .....	24
Quadro 8 - Micro e macrovariáveis segundo Edward (1992) .....	37
Quadro 9 - Variável letramento segundo Grenoble & Whaley (1998).....	38
Quadro 10 - Transmissão intergeracional e proporção de falantes .....	40
Quadro 11 – Graus de domínios da língua ameaçada de extinção .....	41
Quadro 12 - Resposta a novos domínios .....	41
Quadro 13 - Materiais disponíveis para o ensino da língua .....	41
Quadro 14 - Políticas governamentais direcionadas a língua ameaçada.....	42
Quadro 15 - Atitude dos membros da comunidade .....	42
Quadro 16 – Urgência de documentação da língua.....	43
Quadro 17 - Macrovariáveis encontradas nas línguas em estudo .....	52
Quadro 18 – Usos das línguas .....	54
Quadro 19 – O ensino da língua e materiais disponíveis na escolarização indígena .....	59
Quadro 20 – Situação sociolinguística da língua Anambé.....	66
Quadro 21 – Situação sociolinguística dos Xipaya .....	68
Quadro 22 – Situação sociolinguística dos Aikanã .....	70
Quadro 23 – Situação sociolinguística dos Apurinã.....	73
Quadro 24 – Situação sociolinguística dos Parkatêjê.....	75

## **LISTA DE MAPAS**

Figura 1 - Território brasileiro com delimitação da Amazônia .....	45
Figura 2 - Localização das língua em estudo.....	45

## RESUMO

Este estudo apresenta as macrovariáveis que evidenciam a situação de ameaça e perda da vitalidade das línguas Anambé, Aikanã, Apurinã, Parkatêjê e Xipaya, frente ao domínio da língua portuguesa. Para realizar o presente estudo foram utilizados procedimentos metodológicos necessários para uma abordagem com enfoque teórico bibliográfico sobre as causas que motivam a mudança linguística, com base nas variáveis sociolinguísticas apresentadas por Edward (1992), Grenoble & Whaley (1998, 2000) e nos critérios que avaliam a vitalidade das línguas apontadas pela UNESCO (2003). A partir das informações coletadas nas entrevistas com pesquisadores das línguas selecionadas temos em vista: i) identificar quais macrovariáveis que atuam no processo de desvitalização das línguas selecionadas para este estudo; ii) classificar as línguas selecionadas quanto ao grau de vitalidade, considerando os critérios estabelecidos, em 2003, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e iii) delinear, com base nas respostas às entrevistas concedidas pelos pesquisadores, a situação sociolinguística de cada língua estudada. O exame das macrovariáveis (usos das línguas, escolarização e migração) identificadas em análise às línguas indígenas selecionadas apontou aspectos que dizem respeito à situação de perda linguística das mesmas.

Palavras chaves: Língua indígena, tipologias, sociolinguística.



## **ABSTRACT**

This study presents the macro variables that evidence the threatening situation and vitality loss of Anambé, Aikanã, Apurinã, Parkatêjê and Xipaya languages in consequence of the Portuguese language domain. To make it possible, necessary methodological procedures were used for a bibliographic, theory-focused approach about the causes that motivate the linguistic change, based in the sociolinguistic variables presented by Edward (1992), Grenoble & Whaley (1998, 2000) and in the criteria that evaluate the vitality of languages pointed by UNESCO (2003). From the information collected in interviews with researchers of the selected languages, we aim to: i) identify what macro variables act on the de-vitalization process of these languages; ii) classify these languages about their vitality degree, considering the established criteria in 2003 by the United Nations for the Education, Science and Culture Organization (UNESCO); and iii) outline, based in the answers given by the interviewed researchers, the sociolinguistic situation of each studied language. An exam of the macro variables (use of the languages, schooling and migration) identified after analysis of the selected indigenous languages pointed out aspects that concern their linguistic loss situation.

Key- words: language indigenous, Tipology, Sociolinguistics.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 – LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS .....</b>	<b>15</b>
1.1 A situação de ameaça das línguas indígenas localizadas na Amazônia brasileira.....	19
<b>2 – BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS .....</b>	<b>26</b>
2.1 Contato linguístico .....	26
2.1.1 Bilinguismo.....	29
2.2 Desaparecimento de línguas .....	32
2.3 Tipologias de línguas ameaçadas .....	35
2.3.1 Critérios para avaliar a vitalidade de uma língua.....	39
2.4 Metodologia .....	44
2.4.1 Línguas estudadas .....	44
2.4.2 Leitura bibliográfica.....	47
2.4.3 Entrevista.....	48
2.4.4 Tipologias .....	50
<b>3 – OBSERVAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS .....</b>	<b>54</b>
3.1 Usos das línguas.....	55
3.2 Escolarização .....	58
3.3 Migração .....	62
3.4 Contextos de ameaça .....	64
3.4.1 Situação sociolinguística do Anambé .....	66
3.4.2 Situação sociolinguística do Xipaya .....	68
3.4.3 Situação sociolinguística do Aikanã .....	70
3.4.4 Situação sociolinguística do Apurinã.....	73

3.4.5 Situação sociolinguística do Parkatêjê .....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO</b>	

## INTRODUÇÃO

A imagem de uma língua nacional brasileira, de acordo com Ferraz (2007) reforça a ideia do panorama linguístico do Brasil como um país monolíngue, dominado pela língua portuguesa. Com isso, esconde-se a atual situação plurilíngue da sociedade brasileira, marcada pela coexistência de várias línguas com o português, como é o caso das línguas indígenas.

Para Rodrigues (1994), a extinção de uma língua, sem mesmo ter sido descrita e documentada, além de ser uma perda cultural, é uma perda de conhecimento da história da humanidade. Sem documentação, a língua pode desaparecer, e muito provavelmente assim também a identidade étnica do grupo ameaçado.

Vários linguistas já documentaram situações de perda de domínios e morte de muitas línguas indígenas. De acordo com Moore<sup>1</sup> a situação do Brasil não é diferente da situação mundial, no que diz respeito a línguas ameaçadas de extinção, pois muitas línguas indígenas brasileiras que coexistem com o português, estão seriamente ameaçadas de desaparecer.

Dentre os objetivos de estudos de natureza sociolinguística podemos observar indícios de uma mudança da língua em decorrência do contato com outra cultura; de atitudes dos falantes com relação à sua língua, assim como, a observação de uma mudança natural da língua face às circunstâncias vividas pela comunidade de falante.

A sociolinguística, por considerar a língua em seu uso real, é capaz de identificar fatores condicionantes que revelam a realidade linguística de uma comunidade. Uma investigação sociolinguística busca caracterizar o modo como uma língua é tratada por seus falantes, as funções que esta língua desempenha dentro da comunidade de fala, revelando, desta forma, a sua dinamicidade em um contexto de ameaça.

Braggio afirma que (2003, p.117):

“... são várias as razões que levam uma língua à sua perda. Essas razões devem ser cuidadosamente observadas nas pesquisas sociolinguísticas. O grau de perigo de extinção de uma língua também deve ser observado através das tipologias que não deixam de considerar essas razões, mas ampliam o conhecimento na área.”

---

<sup>1</sup> MOORE, Denny. Línguas indígenas: a situação atual, levantamento e registro. Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em : <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=213>. Acessado em 05/08/2010.

O declínio de status social de uma língua minoritária e conseqüentemente seu desaparecimento é uma realidade frequente em muitas comunidades indígenas brasileiras. Segundo Hinton (2001), a situação em que há o deslocamento de uma língua em função de outra, decorrente do contato de idiomas que possuem status diferentes é uma situação grave, pois comumente a língua minoritária sofre influências internas e externas que a colocam em perigo de extinção.

- **Objetivos**

Este estudo apresenta as macrovariáveis que evidenciam a situação de ameaça e perda da vitalidade das línguas Anambé, Aikanã, Apurinã, Parkatêjê e Xipaya, frente ao domínio da língua portuguesa. Desta forma, a presente dissertação tem em vista: i) identificar quais macrovariáveis que atuam no processo de desvitalização das línguas selecionadas para este estudo; ii) classificar as línguas selecionadas quanto ao grau de vitalidade, considerando os critérios estabelecidos, em 2003, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e iii) delinear, com base nas respostas às entrevistas concedidas pelos pesquisadores, a situação sociolinguística de cada língua estudada.

- **Metodologia**

Para realizar o presente estudo foram utilizados procedimentos metodológicos necessários para uma abordagem com enfoque teórico bibliográfico sobre as causas que motivam a mudança linguística, com base nas variáveis sociolinguísticas apresentadas por Edward (1992), Grenoble & Whaley (1998, 2000) e nos critérios que avaliam a vitalidade das línguas segundo a UNESCO (2003). As macrovariáveis permitem identificarmos fatores extralinguísticos que podem ou não provocar a morte de uma língua.

Inicialmente pretendíamos selecionar uma língua indígena de cada estado que compõem a Amazônia brasileira. No entanto, a dificuldade de acesso aos pesquisadores não permitiu que o objetivo inicial fosse alcançado. Assim, selecionamos três línguas indígenas que são descritas por pesquisadores que fazem parte do grupo de estudos de línguas indígenas da UFPA: Risoleta Julião pesquisa a língua Anambé; Carmen Rodrigues que descreve e documenta a língua Xipaya e Sidney Facundes trabalha com a língua Apurinã. Além do pesquisador do Museu Emilio Goeldi Prof. Dr. Hein van der Voort que pesquisa a língua Aikanã e a prof. Dra. Leopoldina Araujo que pesquisa a língua Parkatêjê.

Selecionamos os pesquisadores para a entrevista, com base no trabalho de descrição e documentação de língua indígena desenvolvido por eles, em relação às línguas selecionadas. E em seguida, identificamos as macrovariáveis, com base nas respostas dos pesquisadores ao questionário aplicado, a fim de delinear a situação de perda linguística nas línguas em estudo.

- **Estrutura do trabalho**

A dissertação está dividida em três capítulos. A primeira intitulada *Línguas indígenas* aborda as questões mais gerais sobre as línguas indígenas brasileiras, com enfoque para as amazônicas, no que se refere à classificação e situação de ameaça segundo os dados da UNESCO (2009) que se encontram no *Atlas Mundial de Línguas Ameaçadas de Extinção*<sup>2</sup>.

O segundo capítulo intitulado *Bases teóricas e metodológicas* apresenta a fundamentação teórica necessária para uma abordagem sociolinguística dos fatores que influenciam na manutenção das línguas indígenas em estudo. Para isso, recorreremos a uma metodologia que considera leituras bibliográficas aliadas às entrevistas semiestruturadas, com intuito de identificar macrovariáveis responsáveis pela desvitalização das línguas indígenas em estudo.

A terceira parte intitulada *Observações sociolinguísticas* apresenta as macrovariáveis encontradas que estão influenciando na perda de vitalidade das línguas selecionadas e a classificação destas línguas quanto ao grau de ameaça de extinção baseando-se nos nove fatores elencados pela UNESCO (2003) para avaliar línguas ameaçadas de extinção.

Finalizamos a dissertação apresentando a situação sociolinguística de cada língua estudada, a bibliografia e no anexo, as entrevistas transcritas na íntegra. A seguir serão apresentados alguns aspectos da situação de ameaça de extinção que se encontram as línguas indígenas amazônicas.

---

<sup>2</sup> [www.unesco.org/culture/languages-atlas/](http://www.unesco.org/culture/languages-atlas/)

## 1 - LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Uma tarefa da linguística moderna é a busca ou descoberta de conceitos gerais sobre a maneira de como as línguas se estruturam. Na década de 70, era considerado gramaticalmente inconcebível que qualquer língua colocasse o objeto em posição inicial de frase, como, por exemplo, na oração “Menino cachorro mordeu”, significando “O cachorro mordeu o menino”. Mas um linguística da SIL descobriu exatamente que esse padrão sintático existe numa língua indígena brasileira ameaçada de extinção. Tais generalizações linguísticas são uma chave para o funcionamento do cérebro humano, e as línguas ameaçadas oferecem uma autêntica contribuição ao nosso conhecimento científico. (UNESCO, 2011)

A pesquisa em línguas indígenas se justifica pela necessidade de descrever como essas línguas se estruturam e quais os fatores responsáveis pela mudança linguística, realidade muito frequente na maioria das comunidades indígenas. As línguas indígenas despertam grande interesse dos pesquisadores, pois somente por meio do trabalho de documentação e descrição desses idiomas que poderemos conhecer a cultura de determinado povo. Além de poder, a partir do conhecimento científico delas, atribuir-lhe valor, de modo a repassar essas informações a futuras gerações, com o intuito de valorizar a diversidade linguística existente.

Segundo Rodrigues (1994), o território que hoje se denomina Brasil, mesmo antes da chegada dos portugueses colonizadores já apresentava uma multiplicidade de línguas, estimando aproximadamente a existência de 1200. Do ponto de vista histórico social, o contato das línguas indígenas brasileiras com outras línguas europeias é marcado pelo conflito linguístico, pela dominação cultural e extinção de muitas línguas nativas.

Moore, Galúcio e Gabas (2008) apontam que no Brasil houve uma redução de 1200 línguas indígenas para 180 nos últimos 500 anos. Esse processo continua de forma crescente provocando grandes prejuízos para a riqueza linguística em nosso país. Destas 180 línguas indígenas faladas no Brasil, pelo menos 21% destas línguas estão ameaçadas de desaparecer, em decorrência do número reduzido de falantes e à baixa taxa de transmissão para novas gerações.

Não se pode afirmar um número exato de quantas línguas indígenas ainda são faladas atualmente no território brasileiro. Geralmente a estatística gira em torno de 160 a 180 línguas, e a redução ou aumento do número de línguas se dá relativamente ao tipo de critério adotado pelo pesquisador, que na maioria das vezes é o critério de inteligibilidade mútua. Para Seki (2000), as 180 línguas indígenas ainda existentes estão distribuídas em

cinco grandes grupos: Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karíb, Família Aruak e Família Pano. Há ainda nove famílias de menor porte e dez isolados linguísticos.

O tronco Tupi é o agrupamento linguístico mais bem estabelecido, inclui seis famílias genéticas e três línguas. A família Tupi-guarani é o maior agrupamento com aproximadamente 33 línguas e dialetos que são falados em várias regiões do Brasil. Enquanto que o tronco Macro-Jê é um agrupamento com evidências muito recentes, inclui cinco famílias genéticas (Jê, Bororo, Botocudo, Karajá e Maxacali) e 4 línguas (Guató, Ofayé, Erikbaksá e Fulniô).

Vejam no quadro 1 a distribuição das famílias e línguas que fazem parte do tronco Tupi e Macro Jê.

Quadro 1: Distribuição das línguas indígenas brasileiras que fazem parte do tronco Tupi e Macro Jê

<b>TRONCO TUPI</b>		
Família	Tupi guarani	Akwáwa, Asuriní do Tocantins, Suruí do Tocantins, Parakanã, Amanyé, Anambé, Apiaká, Araweté, Asuriní do Xingu, Avá (canoeiro), Guajá, Guarani, Kaiwá (kayová), Mbiá (mbyá, guarani), Nhandéva guarani, Kamayurá, Kayabí, Kokáma, Nheengatu, Omágua, Parintintín, Diahói, Júma, Parintintín, kaguahív, Tenharín, Tapirapé, Tenetehára, Guajajára, Tembê, Uruewauwáu, Urubú-kaapór, Wayampí (oyampí), Xetá
	Mondé	Aruá, Cinta-larga, Gavião, Mondé, Suruí e Zoró.
	Tupari	Aruju, Makurap, Mekém, Sakirabiar e Tupari.
	Juruna	Juruna e Xipaya.
	Munduruku	Kuruaya e Munduruku.
	Ramarana	Káro
Línguas	Aweti	Aweti
	Mawé	Mawé (Sateré- Mawé)
	Puruborá	Puruborá
<b>TRONCO MACRO JÊ</b>		
Família	Jê	Akwén, Xakriabá , Xavante, Xerente , Apinayé, Kaingang, Kayapó, Gorotíre, Kararaó, Kokraimôro, Kubenkrangnotí, Kubenkrankêgn, Mekrangnotí, Tapayúna, Txukahamãe, Xikrín, Panará, Suyá, Timbira, Canela apãniekrá, Canela Ramkókamekrá, Gavião do Pará (Parakáteye), Gavião do Maranhão (pukobyé), Krahô, Krëyé (krenyé), Krikatí (krinkatí), Xokléng (aweikoma).
	Bororo	Bororo e Umutina
	Botocudo	Krenák
	Karajá	Javaé, Karjá e Xambioá



	Maxacali	Maxacali, Pataxó e Pataxó hãhãhãe
Línguas	Guató	Guató
	Ofayé	Ofayé
	Rikbaktsá	Rikbaktsá
	Fulnió	Yatê

Temos ainda famílias maiores como a Aruak que é um agrupamento de línguas que são faladas principalmente na região do Alto Xingu, noroeste e oeste do País, totalizando aproximadamente 20 línguas. A família Karíb que também comporta 20 línguas e são distribuídas ao norte e ao sul do Rio Amazonas e também nas Guianas, Venezuela e Colômbia. Enquanto que a família Pano comporta 13 línguas que são faladas principalmente nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas. E outros agrupamentos de menor porte como Arawa, Guaikuru, Makú, Katukina, Yanomami, Txapakura, Tucano, Nambikwara e Múra. Além dos isolados linguísticos que compõem línguas que constituem tipos únicos e totalizam aproximadamente 10 línguas.

Quadro 2: Distribuição das línguas indígenas brasileiras em famílias maiores, famílias menores e isolados linguísticos.

<b>FAMÍLIAS MAIORES</b>	
Aruak	Apurinã (AM), Baníwa do Içanã, Baré, Kámpa, Mandawáka, Mehináku, Palikúr, Paresí, Píro, Manitenéri, Maxinéri, Salumã (Enawenê-nawê), Tariana, Yuruparí-tapúya, Terena, Wapixána, Warekéna, Waurá, Yabaána, Yawalapití
Karib	Apalaí, Atroarí, Galibí do Oiapoque Hixkaryána, Ingarikó, Kaxuyána, Makuxí Mayongóng, Taulipáng, Tiriyo, Waimirí, Waiwái, Warikyána, Wayána, Arára do Pará, Bakairí, Kalapálo, Kuikúro, Matipú e Txikão
Pano	Amawáka, Karipúna, Katukína do Acre, Kaxararí, Kaxináwa, Marúbo, Matís, Mayorúna, Nukuíni, Poyanáwa, Xanenáwa, Xawadáwa, Yawanáwa
<b>FAMÍLIAS MENORES</b>	
Arawa	Banawá-jafí, Dení, Jarawára, Kanamantí, Kulína, Paumarí e Yamamadí.
Guaikuru	Kadiwéu
Maku	Bará (Makú-Bará), Guaríba (Waríwa-tapúya), Húpda, Kamã, Nadêb e Yahúp.
Katukina	Kanamarí
Yanomami	Nimám (yanám), Sanumá, Yanomám (Yainomá) e Yanomámi
Txapakura	Pakaanóva (orowari), Torá e Urupá
Tucano	Barasána (barasáno, bará), Desána (desáno, winá) Jurití (yurití-tapúya), Karapanã (karapanã-tapúya), Kubéwa (kubéu), Pirá-tapúya (waíkana), Suriána (surirá), Tucano, Tuyúka (dohká-poára), Wanána e Yebá-masã.
Nambikwara	Nambikwára do Norte, Lakondé, Latundê, Mamaindê, Nagarotú, Tawandê

	(tagnáni), Nambikwára do Sul, Galera, Kabixí, Mundúka, Nambikwára do Campo, Sabanê
Múra	Mura e Pirahã
<b>ISOLADOS LINGUÍSTICOS</b>	
Awakê, Tikuna, Irantxe, Trumai, Máku, Aikanã, Arikapu, Jabuti, Kanoê e Koaiá ou Kwaza.	

A classificação das línguas indígenas brasileiras depende muito do andamento das pesquisas, pois há línguas ainda não incluídas em nenhuma classificação por falta de documentação e reconhecimento genético. Segundo o Relatório, intitulado *Etnias Indígenas Brasileiras*, organizado por Lidório (2010) há aproximadamente 27 grupos isolados que vivem em áreas remotas, longe do contato com a sociedade indígena e não indígena. Das 340 etnias reconhecidas pelo relatório podemos classificá-las da seguinte maneira: 228 etnias reconhecidas oficialmente; 27 etnias isoladas; 10 etnias parcialmente isoladas; 25 etnias a pesquisar; 09 etnias possivelmente extintas e 41 etnias ressurgidas.

Para Moore e Gabas Jr. (2005), a maior dificuldade dos pesquisadores quando tratam de línguas indígenas é saber quantos falantes ainda existem em cada língua. Estes autores apresentam uma estimativa elaborada por Moore (2000) que fornece dados preliminares sobre a distribuição de línguas indígenas no Brasil, em relação ao número de falantes em língua indígena: 24% das línguas são faladas por comunidades com uma população de 50 pessoas ou menos; 8% por comunidades com população de 51 a 100 pessoas; 25% por comunidade com 101 a 250 pessoas; 18% por comunidades com 251 a 500 falantes; 10% por comunidades entre 501 a 1000 pessoas; 15% do total de línguas brasileiras são faladas por comunidades superiores a mil pessoas.

De acordo com Mori (2010), o número de falantes proficientes na língua materna indígena é muito variado. A situação dos Yawalapití da família Aruak, é um bom exemplo, pois esta comunidade comporta aproximadamente 222 pessoas, das quais cinco continuam falando a língua materna e o restante da população falam o português e outras línguas como: Kuikuro e Kalapalo da família Karib; Mehináku e Waurá, da família Aruak; e a Kamayurá, da família Tupi-guarani.

A questão da vitalidade da língua não está relacionada unicamente ao número de falantes que a utilizam, mas também a importância social que essa língua representa para a comunidade de falantes. Diante da realidade de ameaça em que se encontram as línguas

indígenas, na próxima seção apresentaremos as línguas indígenas brasileiras da região amazônica e a situação de ameaça de extinção.

### **1.1 A situação de ameaça das línguas indígenas localizadas na Amazônia brasileira**

De acordo com Rodrigues (1994), o primeiro contato dos colonizadores europeus com as línguas indígenas brasileiras ocorreu com o povo tupinambá e, por muito tempo, a língua tupi foi a única estudada pelos portugueses, no século XVI e XVII. De acordo com Freire (2003) nos últimos quatro séculos, muitas línguas foram extintas e a situação atual das línguas indígenas amazônicas é resultado das mudanças radicais que ocorreram nessa região com a introdução da língua portuguesa e da Língua Geral Amazônica.

Segundo Oliveira (1988) uma série de fatores foram responsáveis pelas mudanças ocorridas na região amazônica na época da colonização, entre elas a autora cita: (i) a natureza do contato; (ii) as missões religiosas; (iii) a intervenção estatal; (iv) a perda do isolamento; (v) a estrutura interna dos grupos; (vi) a disseminação de doenças epidêmicas e (vii) a exploração da terra. Essas variáveis foram acentuando a situação de descaso com as populações indígenas.

Até o início do século XX, alguns grupos indígenas da região amazônica, ainda conseguiam viver sem as pressões da sociedade envolvente. Mas, a partir da construção de ferrovias, hidrelétricas, atividades agrícolas, extrativismo vegetal e mineral, a situação tem-se agravado, pois essas mudanças refletiram diretamente na organização do espaço físico ocupado pelas populações indígenas, ocasionando o que Oliveira (1988, p.80) denomina de *destribalização*. Este processo é consequência da escravização de indígenas e da exploração de suas terras pelos colonizadores, situação em que muitos índios foram exterminados e forçados a abandonar as tradições indígenas.

A situação de ameaça que se encontram as línguas indígenas amazônicas pode ser visualizada na terceira edição do *Atlas Mundial de línguas ameaçadas de extinção*, elaborado pela UNESCO (2009) e editada pelo linguista Christopher Moseley. Este Atlas atestou 190 línguas indígenas brasileiras, todas com algum grau de ameaça. Em relação às línguas indígenas amazônicas, a situação é a seguinte:

- 47 línguas estão em situação vulnerável de ameaça de extinção

- 14 línguas encontram-se definitivamente ameaçadas de extinção
- 18 línguas estão severamente ameaçadas de desaparecer
- 32 línguas estão em situação crítica de ameaça
- 5 línguas já estão extintas

Hoje, apesar da imensa redução no número de línguas indígenas, a Amazônia ainda representa uma diversidade linguística muito rica. Conforme Rodrigues (2001) estima-se que a Amazônia comporte mais de 50 famílias linguísticas espalhadas em nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

A seguir elaboramos cinco quadros para mostrar a situação das línguas indígenas amazônicas brasileiras quanto à ameaça de extinção, a sua localização, tronco e família linguística a que pertencem, assim como, número de falantes por comunidade. Observamos nos dados da UNESCO, que na maioria das vezes o referente *nº de falantes* equivale a quantidade de indivíduos na comunidade indígena que nem sempre falam a língua tradicional. Por isso, neste estudo iremos considerar esta informação apenas para nos situarmos sobre a situação da comunidade em relação ao número de indivíduos por comunidade.

No quadro 3, temos as línguas indígenas amazônicas em situação vulnerável à ameaça de extinção. São assim consideradas porque ainda são faladas pelas crianças, apesar de já apresentarem algumas restrições de uso em certos domínios. A língua majoritária começa a ocupar espaços concomitantes com a língua indígena.

Quadro 3: Línguas indígenas vulneráveis de ameaça segundo dados da UNESCO (2009)

	<b>Língua</b>	<b>Localização</b>	<b>Tronco</b>	<b>Família</b>	<b>População</b>
01	Guajajara	AM	Tupi	Tupi-guarani	19.471
02	Makuxi	RR	-	Karib	15.000
03	Nandeva(Ava) guarani	MT e PR	Tupi	Tupi-guarani	10.000
04	Munduruku	AM e PA	Tupi	Munduruku	8.000
05	Baniwa do Içana	AM	-	Aruak	5.811
06	Galibi Marworno	AP	-	Karib	2.117
07	Katukina-Kanamari	AM	-	Katukina	2.100
08	Cinta Larga	RO	Tupi	Mondé	1.440
09	Akwáwa	TO	Tupi	Tupi guarani	1.548
10	Apinajé	TO	Macro Jê	Jê	1.500
11	Karajá	PA,TO, MT	Macro Jê	Karajá	1.500

12	Kurripako	AM	-	Aruak	1.332
13	Palikur	AP	-	Aruak	1.300
14	Tiriyó	PA	Tupi	Karib	1.156
15	Waimiri-atroarí	AM e RO	-	Karib	1.120
16	Kayabi	MT	Tupi	Tupi Guarani	1.000
17	Baikari	MT	-	Karib	950
18	Jamamadi	AM	-	Arawá	884
19	Deni	AM	-	Arawá	875
20	Nambiquara do sul	MT	-	Nambiquara	721
21	Krikati	TO	Macro Jê	Jê	682
22	Hixkanyána	AM	-	Karib	631
23	Kuikuro	MT	-	Karib	509
24	Kalapalo	MT	-	Karib	506
25	Pukobjê	MA	Macro Jê	Jê	497
26	Gavião do Pará	PA	Macro Jê	Jê	476
27	Kanela Apaniekrá	MA	Macro Jê	Jê	458
28	Enawenê- Nawê	MT	-	Aruák	445
29	Yecuana	RR	-	Karib	430
30	Kamayurá	MT	Tupi	Tupi-guarani	400
31	Yudja	MT e PA	Tupi	Juruna	362
32	Kisêdjê	MT	Macro Jê	Jê	351
33	Ikpeng	MT	-	Karib	342
34	Karitiana	RO	Tupi	Arikém	320
35	Apalai	PA	-	Karib	317
36	Panará	PA	Macro Jê	Jê	306
37	Wayana	PA	-	Karib	288
38	Katxuyana-Xikuyána	PA	-	Karib	230
39	Arara do Pará	PA	-	Karib	217
40	Karo	RO	-	Ramaráma	208
41	Mehináku	MT	-	Aruak	200
42	Jarawara	AM	-	Arawá	180
43	Aweti	MT	Tupi	Aweti	160
44	Daw	AM	-	Makú	120
45	Banawá Yafi	AM	-	Arawá	100
46	Patamona	RO	-	Karib	87
47	Bara	AM	-	Tucano	21

As 14 línguas definitivamente ameaçadas de extinção listadas pela UNESCO (2009) são assim classificadas por que a língua é falada pela geração mais velha da comunidade. A geração dos adultos entende a língua nativa, mas não interagem entre si e nem com as crianças. A transmissão intergeracional passa a ser menos frequente entre as famílias. No quadro 4 podemos observar as seguintes línguas indígenas amazônicas:

Quadro 4: Línguas indígenas definitivamente ameaçadas de extinção segundo dados da UNESCO (2009)

	<b>Língua</b>	<b>Localização</b>	<b>Tronco</b>	<b>Família</b>	<b>Nº de falantes</b>
01	Ticuna	AM	-	Ticuna	35.000
02	Wapichana	RR	-	Aruak	4.000
03	Wari	RO	-	Txapakura	2.721
04	Desano	AM	-	Tucano	2.204
05	Apurinã	AM/AC	-	Aruak	2.000
06	Bororo	MT	Macro Jê	Bororo	1.390
07	Pareci	MT	-	Aruak	1.000
08	Cubeo	AM	-	Tucano	381
09	Nadeb	AM	-	Makú	350
10	Aikanã	RO	-	Isolada	150
11	Tupari	RO	Tupi	Tupari	150
12	Nahukwa	MT	-	Karib	124
13	Kari'nã	AP	-	Karib	66
14	Karipuna	RO	Tupi	Tupi- guarani	14

O quadro 5 mostra as 18 línguas indígenas amazônicas atestadas como severamente ameaçadas de extinção. Este contexto é caracterizado quando a língua indígena não é ensinada para as crianças de forma natural, pelo menos em casa não há mais o costume de tê-la em uso, na interação do dia a dia. A língua indígena é observada somente na fala dos mais velhos.

Quadro 5: Línguas indígenas severamente ameaçadas de extinção segundo dados da UNESCO (2009)

	<b>Língua</b>	<b>Localidade</b>	<b>Tronco</b>	<b>Família</b>	<b>Nº de falantes</b>
01	Nheengatu	AM	Tupi	Tupi-guarani	6.000
02	Xerente	TO	Macro Jê	Jê	2.569
03	Marúbo	AM	-	Pano	1.252
04	Rikbaktsa	MT	Macro Jê	Rikbaktsa	900
05	Piratapuya	AM	-	Tucano	700
06	Katukina do Acre	AC	-	Pano	404
07	Makurap	RO	Tupi	Makurap	381
08	Tenharim	AM	Tupi	Tenharim	350
09	Paumarí	AM	-	Arawá	290
10	Djeoromitxi	RO	Macro Jê	Jabuti	165
11	Kulina Páno	AM	-	Arawá	125
12	Carapana	AM	-	Tucano	63
13	Tembé	PA	Tupi	Tupi-guarani	60
14	Tapayuna	MT	Macro Jê	Jê	58
15	Barasana	AM	-	Tucano	34
16	Sakurabiat	RO	Tupi	Tupari	25
17	Aruá	RO	Tupi	Mondé	12

18	Ajuru	RO	Tupi	Tupari	8
----	-------	----	------	--------	---

As línguas, em situação crítica de ameaça, são aquelas atestadas pela UNESCO (2009) quando os falantes jovens falam a língua indígena parcialmente, pois já tem fluência em outra língua. As crianças não falam a língua indígena, porque não aprenderam e os idosos lembram partes da língua e muitas vezes têm vergonha de falar. No quadro 6 podemos visualizar as 32 línguas indígenas amazônicas nesta situação de ameaça.

Quadro 6: Língua indígena em situação crítica de ameaça de extinção segundo a UNESCO (2009)

	<b>Língua</b>	<b>Localidade</b>	<b>Tronco</b>	<b>Família</b>	<b>Nº de falantes</b>
01	Miranã	AM	-	Bora	836
02	Irantxe	MT	-	Irantxe	356
03	Guató	MT	Macro Jê	Guató	344
04	Kaxarari	RO	-	Pano	323
05	Kuruáya	PA	Tupi	Munduruku	129
06	Tariana	AM	-	Aruak	100
07	Diahói	AM	Tupi	Tupi-guarani	88
08	Miriti Tapuia	AM	-	Tucano	75
09	Kujubim	RO	-	Txapakura	55
10	Chiquitano	MT	-	Chiquito	50
11	Kwazá	RO	-	Kwazá	33
12	Warekena	AM	-	Aruak	20
13	Ava-Canoeiro	TO	Tupi	Tupi-guarani	16
14	Xambioá	TO	Macro Jê	Karajá	10
15	Yawalapiti	MT	-	Aruak	10
16	Matipu	MT	-	Karib	10
17	Parintintin	AM	Tupi	Tupi guarani	10
18	Katawixi	AM	-	Katukina	10
19	Akuntsu	RO	Tupi	Tupi-guarani	6
20	Anambé	PA	Tupi	Tupi-guarani	6
21	Oro Win	RO	-	Txapakúra	5
22	Kanoê	RO	-	Kanoê	5
23	Juma	AM	Tupi	Tupi-guarani	5
24	Kokama	AM	-	Kokama	5
25	Sabanê	MT e RO	-	Nambikwára	3
26	Arikapu	RO	-	Jabuti	2
27	Aurê-Aurá	MA	Tupi	Tupi guarani	2
28	Baré	AM	-	Aruak	2
29	Poyanawa	AC	-	Pano	2

30	Puruborá	RO	-	Puruborá	2
31	Xipáya	PA	Tupi	Juruna	2
32	Apiaká	MT	Tupi	Tupi-guarani	1

No quadro 7 temos as línguas consideradas extintas porque o idioma não apresenta falantes na língua nativa.

Quadro 7: Línguas indígenas extintas

	<b>Língua</b>	<b>Localidade</b>	<b>Tronco</b>	<b>Família</b>
01	Krenjê	PA	-	-
02	Máku	RR	-	-
03	Arapaso	AM	-	-
04	Múra	AM	-	-
05	Umutina	MT	-	-

O crescente contato linguístico tem provocado uma série de mudança na dinâmica de muitas línguas e os fatores que podem estar influenciando na operação de uma ou de outra língua pelos falantes são diversos, pois a consequência deste contato atua de forma diferenciada em cada comunidade de fala.

No Amazonas, Pacheco (2009) afirma que este Estado apresenta uma quantidade considerável de comunidades indígenas, que varia entre 50 a 56 línguas. Com o intuito de analisar as produções feitas sobre as línguas dos povos indígenas do Estado do Amazonas, o autor apresenta um levantamento com base nos dados de Moore (2009) quanto à classificação e ao número de falantes por língua, estimando a seguinte classificação:

- Acima de 4.000 falantes podemos citar, por exemplo, o Tikuna (35.000), Sateré (6.219), Língua Geral Amazônica (6.000), Yanomami (6.000) e Baniwa (5.811).
- Acima de 100 falantes estão os Yuhup (617), Paumari (290), Deni (875) e Apurinã (3.000);
- Abaixo de 100 falantes temos o Korubo (25), Kulina (20), Barasana (34), Bara (21) e Parintintin (10), Kaixána (1) entre outros.



Sabemos que número de falantes não é condição para que a língua se considere segura ou em perigo. Um bom exemplo é a situação dos Apurinã, que apresenta aproximadamente 3.000 falantes, mas a língua não está sendo transmitida entre as gerações e com isso está ameaçada de extinção. Mas, devemos atentar para a situação de redução de falantes em língua indígena. Se há redução, esses falantes estão optando por outra forma de comunicação que não é a língua tradicional.

Considerando os dados da UNESCO (2009) e de Rodrigues (2005), no estado do Pará temos aproximadamente 25 línguas indígenas ameaçadas de extinção e em diferentes graus de contato com a sociedade envolvente. Destas vinte línguas ainda faladas no estado podemos mencionar que duas delas contam com menos de dez falantes em língua indígena, como é o caso do Anambé (6 falantes) e do Xipaya (2 falantes) caracterizando uma situação crítica de ameaça de extinção.

No que se refere à situação das línguas indígenas no estado do Rondônia, podemos citar o levantamento feito por Storto (1996) citada por Franchetto (2004, p.12) que aponta a situação das 25 línguas indígenas faladas no estado de Rondônia:

- 65% das línguas faladas, neste Estado, estão em perigo de extinção e sobrevive somente na fala de poucos falantes;
- 52% destas línguas não são faladas pelas crianças e;
- 35% podem ser consideradas em uso.

Segundo Pereira (2011), a maioria dos grupos indígenas foi expulsa de suas terras tradicionais em virtude da colonização da região, o que provocou uma redução no número de línguas indígenas faladas por essas comunidades.

Diante do quadro de ameaça que podemos visualizar por meio dos dados de Storto (1992), Rodrigues (2005), Moore (2009) e UNESCO (2009) optou-se por observar a situação sociolinguística de cinco línguas indígenas amazônicas, com o intuito de identificar os fatores externos à língua que possam estar agravando a situação de perda linguística em Anambé (PA), Aikanã (RO), Apurinã (AM) Parkatêjê (PA) e Xipaya (PA).

Para isso, no próximo capítulo desta dissertação apresentamos as bases teóricas e metodológicas que encaminham este estudo para uma abordagem sociolinguísticas das línguas indígenas selecionadas que se encontram em situação de ameaça de extinção.

## 2 - BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Uma tarefa da linguística moderna é a busca ou descoberta de conceitos gerais sobre a maneira de como as línguas se estruturam. Na década de 70, era considerado gramaticalmente inconcebível que qualquer língua colocasse o objeto em posição inicial de frase, como por exemplo, na oração “Menino cachorro mordeu”, significando “O cachorro mordeu o menino”. Mas um linguista da SIL descobriu exatamente que esse padrão sintático existe numa língua indígena brasileira ameaçada de extinção. Tais generalizações linguísticas são uma chave para o funcionamento do cérebro humano, e as línguas ameaçadas oferecem uma autêntica contribuição ao nosso conhecimento científico. (UNESCO, 2010)

A realidade de perda linguística em comunidades minoritárias é notável, vários linguistas já documentaram situações de perda de domínios e morte de muitas línguas em todo o mundo. Ferraz (2007) considera línguas minoritárias aquelas faladas por grupos de pessoas num país que tem por oficial uma língua diferente, isto é, são línguas naturais, não criadas artificialmente, tradicionalmente usadas por parcelas da população de um país, e que não se confunde com dialetos da língua oficial.

Nesta segunda parte da dissertação apresentamos as bases teóricas e metodológicas necessárias para um estudo sociolinguístico sobre a perda de vitalidade de línguas ameaçadas.

### 2.1 Contato linguístico

Em decorrência do crescente contato de línguas, nos últimos anos, várias contribuições surgiram destinadas a dar um novo horizonte no campo de descrição de línguas e às questões referentes à perda cultural. Segundo Hinton (2001) foi após a publicação do artigo de Michael Krauss em 1992, que apresentava uma estimativa de que aproximadamente 90% das línguas no mundo estariam em perigo de extinção, no século XXI, que o movimento internacional intensificou as discussões em torno das línguas minoritárias em situação de desaparecimento.

A situação de conflito linguístico que se tem constatado na maioria das comunidades minoritárias revela a necessidade de um estudo que considere o conflito sociocultural como motivador da mudança linguística. Considerando os fatores externos e internos que atuam

na língua e que refletem nas atitudes linguísticas dos falantes, entende-se que cada comunidade linguística reage de uma maneira particular às mudanças que ocorrem em função do contato. Quando as mudanças na língua ameaçada alcançam um grau de interferência tão intenso que os falantes já utilizam a língua dominante em todos ou quase todos os domínios, o desaparecimento da língua minoritária é certo.

Mas, antes de tratarmos das questões referentes ao contato de línguas, se faz necessário apresentar o conceito de língua materna, segunda língua e língua estrangeira, pois são conceitos importantes quando tratamos de atrito linguístico. Desta forma, este trabalho se baseia em Spinassé (2006) que aponta os seguintes conceitos:

A Língua Materna, ou a Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Tão pouco trata-se de apenas uma língua. Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através do país, e também é frequentemente a língua da comunidade. (p.04)

Segunda Língua (SL) é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização. A situação tem que ser favorável: um novo meio, um contato mais intensivo com uma nova língua que seja importante para a comunicação e para a integração social. (p.04)

LE (Língua Estrangeira) não se estabelece um contato tão grande ou tão intenso com a mesma. A grande diferença é que a LE não serve necessariamente à comunicação e, a partir disso, não é fundamental para a integração, enquanto a SL desempenha um papel até mesmo vital numa sociedade. (p.05)

De acordo com Spinassé (2006), essas definições de língua materna, segunda língua e língua estrangeira baseiam-se fundamentalmente no papel que cada língua assume dentro da comunidade linguística. O contexto como as línguas foram adquiridas irá determinar a sua classificação.

Em ambientes de contato, em que as línguas - de diferentes *status* - competem às mesmas funções dentro da comunidade de fala podemos observar as interferências em diferentes graus e assim caracterizar o tipo de atrito que ocorre nestes ambientes. A situação em que uma língua é perdida ou perde gradualmente domínios foi classificada por Campbell e Muntzel (1999 apud Carvalho, 2001) em quatro categorias: (i) atrito súbito; (ii) atrito radical; (iii) atrito gradual; e (iv) atrito de baixo para cima.

O atrito súbito ocorre quando uma língua é perdida em decorrência da morte de seus falantes por meio de doenças, guerras e catástrofes naturais. Este tipo de atrito foi muito comum no Brasil em meados do século XVI, com o processo de colonização. Muitos

indígenas perderam seu habitat, foram dizimados por doenças trazidas pelos portugueses, além da escravidão que foi uma das responsável pela morte de muitos índios.

O atrito radical ocorre quando um conjunto de circunstâncias políticas favorece para que a língua perca falante, seja pelo genocídio ou por pressões políticas que induzem o falante a não utilizar a sua língua como identidade étnica. Como exemplo, podemos citar os africanos e até mesmo os indígenas que escravizados em fazendas eram proibidos de falar a sua língua e seguir com suas tradições.

O atrito gradual refere-se à perda relativamente lenta de uma língua, devido ao bilinguismo, ao contato com outra cultura que influencia nos modos de ver o mundo. Neste caso, duas línguas com diferentes status disputam os mesmos domínios e funções dentro de uma comunidade linguística. A mudança acontece de forma lenta porque ambas as línguas tem uma importância para a comunidade, seja de representação econômica, social ou cultural.

No atrito de baixo para cima a língua perde domínios no contexto familiar, permanecendo nas práticas religiosas ou em contextos tradicionais em que os valores culturais são muito fortes. Nessa situação, a língua minoritária já perdeu espaço para a majoritária, mas é mantida em cerimônias religiosas e culturais, pois representa um elo cultural entre os falantes desta comunidade.

O atrito da L2 em um ambiente de L1 é um processo em que o não uso da L1 provoca um enfraquecimento e redução na proficiência desta língua. Os graus de fluências do falante de uma língua ameaçada são de grande relevância para a recuperação do idioma. Logo, se uma língua deixa de ser falada a probabilidade é o desaparecimento.

Pesquisando as situações de contato de línguas, Hill (1980) apresenta dois tipos de motivações de mudanças atestadas em línguas ameaçadas, que ela chama de *atos internos de criação* e *atos de recepção*. No que diz respeito aos atos internos de criação, estes corresponderiam às mudanças internas na estrutura de uma língua obsoleta, e que não estariam relacionadas com a influência da língua dominante. Já os atos de recepção corresponderiam às mudanças estruturais em línguas moribundas<sup>3</sup>, atestadas ou em processo, que podem ser resultado da influência da língua dominante.

---

<sup>3</sup> Consideram-se línguas moribundas aquelas línguas que não são mais transmitidas pelas gerações.

Quando falamos de bilinguismo como consequência direta do contato linguístico, estamos considerando que a prática de alternar as duas línguas irá ficar mais evidente com a permanência do contato. Desta forma, na próxima seção apresentaremos o fenômeno do bilinguismo observando como essa mudança de código, em decorrência do contato linguístico, pode afetar a dinâmica de uma comunidade.

### 2.1.1 Bilinguismo

O bilinguismo pode ser considerado a partir de diversas perspectivas, uma vez que se trata de um fenômeno que envolve diferentes aspectos, como afirma Borstel (2001, p.12):

O bilinguismo, tradicionalmente considerado como um fenômeno observado em usuários que dominam dois sistemas linguísticos, aparece na literatura com várias acepções. Na área da psicolinguística, o bilinguismo é enfocado a partir de estudos quanto à relação linguagem e pensamento e do critério de origem da aquisição da linguagem; na área da linguística, refere-se ao grau de domínio do falante com relação às duas línguas, isto é, baseiam-se suas definições na competência linguística dos bilíngues; no campo da sociologia os estudiosos interessam-se em levantamentos de censo, pesquisas de sistemas escolares, com relação à educação bilíngue e aos aspectos sóciopolíticos de situações bilíngues e definem, assim, o bilinguismo em termos de atitude; as pesquisas sociolinguísticas definem o bilinguismo em termos da função que a linguagem desempenha para o bilíngue ou para a sociedade bilíngue.

Com o advento da linguística moderna e os trabalhos de Haugen (1950) e Weinreich (1953) – precursores do estudo sobre interferência linguística em comunidades bilíngues – as questões referentes ao estudo do bilinguismo, tanto individual quanto social, tem ocupado uma posição central neste campo de estudo.

Na definição de Weinreich (1953), a condição de um falante ser considerado bilíngue é praticar alternadamente as duas línguas. O dicionário de linguística (2000, p.87) define que bilinguismo “*é a situação linguística na qual os falantes são levados a utilizar alternativamente, segundo os meios ou as situações, duas línguas diferentes*”. Enquanto que para Heye (2003 apud MEZAVILA, 2008), o bilinguismo corresponderia ao domínio de duas línguas em diferentes graus de habilidade linguística (falar, ouvir, ler e escrever) e a escolha do sujeito bilíngue é condicionada pela situação comunicativa que se encontra.

Percebemos que não há um consenso entre os pesquisadores acerca de uma definição de bilinguismo e de sujeito bilíngue. No que se refere ao estudo do bilinguismo social,

Melo e Silva (2011, p.12) distingue três tipos de situações definidos por Appel e Muysken (2005 [1987]) da seguinte maneira:

Tipo I – caracteriza-se por uma situação em que grupos distintos são monolíngues em suas línguas de origem e a comunicação entre os dois grupos acontece por intermédio de poucos indivíduos que falam as duas línguas.

Tipo II – as sociedades em contato são compostas por pessoas bilíngues, desta forma não há sobreposição de línguas, pois ambas possuem o mesmo status.

Tipo III – nesta sociedade um grupo linguístico é monolíngue e o outro é bilíngue, sendo que a comunidade bilíngue é um grupo minoritário e por isso tem que aprender uma língua dominante que lhe dê maior prestígio social.

Dos três tipos de bilinguismo social, o terceiro tipo é o mais comum na sociedade brasileira, pois reflete a situação das línguas indígenas com a língua majoritária do país. Em muitas comunidades indígenas, o bilinguismo já está presente nos falantes jovens (uso da língua indígena e do português). A nova geração tende a não ter mais a língua indígena como língua materna, pois com a forte inserção da língua portuguesa nas relações comerciais, na escola e nas mídias, a tendência é que esses jovens se tornem monolíngues novamente, mas não em língua indígena e sim em língua portuguesa.

Em situação de contato de línguas, em que os dois códigos em contato devem ser reconhecidos pelo falante, pode ocorrer uma mistura de códigos no discurso do falante, caracterizando *enunciados bilíngues* (CALVET, 2002, p. 43). A literatura especializada no estudo das línguas em contato refere-se a essa situação de mistura de línguas como *code switching* ou alternância de código. É uma situação em que há a possibilidade de um falante bilíngue alternar duas variedades linguísticas em uma mesma situação conversacional.

Downes (1998) define que essa alternância corresponde a uma justaposição de dois sistemas ou subsistemas gramaticais diferentes em uma mesma enunciação. Ao tratar de alternância de código, dois aspectos diferentes de pesquisa têm surgido no intuito de se descrever o porquê e o como ocorre este fenômeno de alternância de línguas: um aspecto considera o plano linguístico, pois acredita que este fenômeno está ligado a condicionamentos gramaticais; e o outro aspecto considera um plano sócio Pragmático, em que verifica-se que a alternância ocorre como uma estratégia do falante, no intuito de interagir em um ambiente bilíngue.

Considerando o modelo variacionista, Poplack (1980 *apud* BORSTEL, 2001) no que se refere ao plano linguístico de condicionamentos gramaticais, este autor apresenta três maneiras de relacionar os tipos de alternância: (i) *tag-switching* que se refere ao uso de expressões idiomáticas de uma língua que são introduzidas em outra; (ii) alternância intersentencial caracteriza-se por apresentar frases isoladas em línguas distintas, o falante pode em uma mesma frase, iniciar em uma língua e terminar em outra; e (iii) alternância intrasentencial pode ocorrer no meio da frase ou em parte da frase, logo este tipo de alternância exige uma maior competência linguística do falante.

A mistura de códigos nem sempre remonta a uma mudança social conflituosa, mas em se tratando de contato de línguas que possuem diferentes status, a situação da língua minoritária é preocupante. Quando falamos de interações bilíngues em comunidades indígenas brasileiras, a primeira impressão que nos vem à mente é o uso relativamente pequeno da língua indígena, em relação ao uso intenso da língua portuguesa. Silva-Corvalán (1989 *apud* AGUILERA e BUSSE, 2000, p.20) apresenta fatores que são responsáveis pela motivação da alternância de códigos.

- (i) As atitudes subjetivas dos falantes bilíngues sobre as duas línguas;
- (ii) As atitudes subjetivas de toda a comunidade sobre o uso e a manutenção das diferentes línguas;
- (iii) A relativa especialização das línguas, segundo determinado domínio, o tópico, os participantes, o número de bilíngues em uma comunidade dada;
- (iv) As atitudes sobre a cultura das comunidades linguísticas diferentes.

A alternância de código representa um estágio de gradação de uso de duas línguas. A manutenção de uma língua depende essencialmente das atitudes dos falantes em relação às duas línguas em contexto comunicativo. A relevância de uso de uma ou de outra língua determinará o contexto da interação, o prestígio das línguas e a adesão ao bilinguismo.

A perda linguística reúne uma série de fatores que juntos promovem mudanças internas e externas a língua. Essas mudanças poderão provocar uma fragilidade na transmissão da língua ou até mesmo o desaparecimento do idioma. Assim, na próxima seção apresentaremos alguns aspectos que tratam do desaparecimento de línguas.

## 2.2 Desaparecimento de línguas

As línguas morrem devido à falta de manutenção e funcionalidade dentro da comunidade de fala. No que se refere à morte de língua, McMahon (1994:285 apud Cristófar, 2002) propõe a seguinte definição:

<sup>4</sup>The definition of language death we shall adopt essentially involves a transfer of allegiance of part of a population from a language which has been native in the area, to a more recently introduced language in which the indigenous population has become bilingual. The new language is generally spoken natively by more powerful speakers, who may also be more numerous, and is typically associated by speakers of the minority language with prestige, wealth and progress, The minority language is then effectively deserted by its speakers, becoming appropriate for use in fewer and fewer contexts, until it is entirely supplanted by the incoming language.

As línguas em contato se influenciam em vários níveis e os fatores que determinam essa interação entre as línguas são variados. O desaparecimento de línguas pode ser diagnosticado principalmente pela perda de vocábulos e redução nos contextos funcionais em que a língua pode ser usada. Crystal (2000), ao tratar sobre o desaparecimento de línguas, aponta dois fatores principais como responsáveis por este processo: (i) os fatores que colocam as pessoas em perigo físico e (ii) os fatores que mudam a cultura do povo.

Quanto aos fatores que colocam as pessoas em perigo físico, primeiramente temos a redução do número de usuários da língua em decorrência de causas catastróficas naturais. Esta é uma questão que pode acontecer em comunidades pequenas, em áreas isoladas, que podem ser facilmente dizimadas ou apagadas por terremotos, furacões, tsunamis, inundações, erupções vulcânicas e outros fenômenos.

Obviamente, uma língua morre, se todas as pessoas que falam esta língua estão mortas; portanto, qualquer circunstância que é uma ameaça direta e imediata à segurança física de alguns ou todos de uma comunidade irá comprometer a vivacidade desta língua.

---

<sup>4</sup> A definição de morte de língua que adotamos envolve essencialmente a transferência de partes de uma língua nativa para uma língua majoritária, mas recentemente introduzida tornando a população indígena bilíngue. A nova língua é geralmente falada nativamente pelos falantes mais fluentes, que podem também ser mais numerosos, e é normalmente associado pelos falantes da língua minoritária com a riqueza, prestígio e progresso. A língua minoritária é, então, efetivamente abandonada por seus falantes, tornando-se adequado para uso em contextos cada vez menores, até que seja completamente substituída pela língua de entrada. (Tradução minha)



Além da fome, a seca e as doenças são outros principais fatores que estão interligados e que favorecem o desaparecimento das línguas no mundo.

Os fatores que mudam a cultura de um povo estão diretamente relacionados com as atitudes dos falantes de uma comunidade. As forças globais influenciam essas atitudes que favorecem a perda cultural de comunidades minoritárias, pois o contato inevitável com línguas que circulam nas grandes metrópoles reflete significativamente na permanência, ou não, do estado monolíngue destas comunidades, colocando os falantes de tais línguas ameaçadas perante a escolha de uma ou de outra língua.

Hill (1983) reforça a ideia de que a morte de línguas não está relacionada somente às mudanças estruturais do idioma, mas também ao comportamento dos falantes. Quando tratamos de obsolescência e morte de línguas, um exemplo bem conhecido na literatura linguística é o caso do dialeto Gaélico investigado por Nancy Dorian, em que o pesquisador relata a dificuldade de se pesquisar uma língua em contexto obsolescente.

De acordo com Dorian (1977), o gaélico era um dialeto falado especificamente em três vilarejos localizados na costa leste da Escócia. Essas regiões lutavam para preservar este dialeto já desaparecido há mais de cem anos, pois juntamente com o gaélico falava-se também o inglês. Ainda segundo o pesquisador, em 1973, presenciou os estágios finais de extinção deste dialeto e observou o comportamento dos falantes de uma língua ameaçada de extinção, assim como as mudanças estruturais que essa língua sofreu em decorrência do contato com outro idioma.

Dorian apresenta em seu livro intitulado *Language-death: the life cycle of a Scottish Gaélic dialect*, uma metodologia para identificar um contínuo de proficiência entre os falantes do gaélico. Com informantes na faixa etária de 40 a 80 anos, o autor observou que os mais jovens apresentavam um desempenho no dialeto gaélico estruturalmente mais simplificado do que os informantes mais idosos.

Com base nesta metodologia de pesquisa, de acordo com Carvalho (2001), Dorian desenvolveu sua pesquisa por 11 anos investigando o gaélico e detectou três tipos de falantes: (i) os falantes que eram mais fluentes em gaélico do que em inglês; (ii) os falantes que eram fluentes em ambas, bilíngues habilidosos e (iii) os que se faziam entender em um gaélico imperfeito, embora se sentissem mais à vontade em inglês.

Desta forma, Dorian observou que a maior dificuldade da pesquisa seria justamente os *semifalantes*, pois ela teria que identificar se os dados destes informantes seriam

confiáveis ou não, por se distanciarem da forma mais conservadora da língua. Neste estudo, Dorian relata a dificuldade do pesquisador em levantar dados quando a língua está em estágio terminal de extinção, com poucos falantes ou com último falante isolado.

A situação de obsolescência do Gaélico escocês, segundo Dorian, deve-se principalmente ao julgamento dos falantes nativos sobre o grau de conhecimento dos outros falantes, além de fenômenos linguísticos característicos de línguas em estágio de extinção, como os empréstimos, as alternâncias, reduções entre outras.

A perda linguística em comunidades minoritárias, inevitavelmente leva a um colapso na transmissão tradicional dos padrões de comunicação, provocando mudanças nas práticas tradicionais de cultura e educação, conseqüentemente sérias mudanças psicológicas e sociais, o que dificulta a manutenção da língua.

Os estudos desenvolvidos por Crystal (2000) que aponta a morte de línguas como consequência da perda de falantes e Nettle & Romaine (2000) que afirma que uma língua que deixa de ser transmitida para as crianças tende a se tornar obsolescente e desaparecer, nos permite inferir que a obsolescência acontece quando uma língua deixa de ter funcionalidade dentro de uma comunidade de fala e passa a existir somente em um arcabouço teórico ou em situações tradicionais em que os falantes agem codificadamente e não mais interacionalmente.

A obsolescência linguística deve ser entendida como uma situação em que a língua merece atenção, comprometimento social dos falantes para que o projeto de revitalização possa ser alcançado.

Na próxima seção apresentaremos as tipologias de línguas ameaçadas de extinção que apontando as macros e microvariáveis que atuam no ambiente de contato linguístico e que podem diagnosticar a situação sociolinguística de uma língua.

### 2.3 Tipologia de línguas ameaçadas

Ao tratarmos das mudanças que ocorrem na língua em decorrência do contato, devemos mencionar uma característica muito forte que é a restrição da língua minoritária em favor da majoritária. Diante deste contexto de desaparecimento de línguas, várias propostas estão sendo elaboradas no intuito de estabelecer diretrizes de estudo de línguas ameaçadas de extinção.

A elaboração de tipologias para análise de línguas ameaçadas é um grande avanço para entendermos como os fatores atuam em ambientes minoritários e de que forma as mudanças na língua promovem a sua obsolescência. Assim, cada tipologia proposta leva em consideração vários aspectos para marcar a situação de perda. Quando tratamos de tipologias sociolinguísticas que retratam a situação de ameaça de línguas, Braggio (2009) defende a importância da pesquisa sociolinguística em comunidade que sofrem com a perda linguística.

Na verdade, a situação sociolinguística, quando analisada através de uma tipologia sociolinguística, tem a capacidade de dar visibilidade à situação de tensão e conflito sociocultural e político de uma dada etnia indígena. A situação sociolinguística, por não ser a causa da tensão, mas o seu efeito, mas também sua potencializadora, se não analisada, pode deixar de trazer à luz dados essenciais para que se considere uma língua vitalizada ou em processo de desvitalização. (p.81)

Dentre as várias propostas de classificação das línguas quanto ao grau de ameaça temos Kinkade (1991) que evidencia o papel do falante na transmissão intergeracional, propondo uma divisão em cinco níveis. Para este autor as línguas podem ser assim classificadas:

- (i) Língua extinta - são aquelas línguas que não há falantes há mais de 100 anos, sem mesmo ter tido a oportunidade de fazer uma descrição linguística antes de o último falante morrer;
- (ii) Língua quase extinta - são aquelas que possuem menos de 10 falantes, são conhecidas por apenas poucas pessoas, a tendência de desaparecimento é muito provável;

- (iii) Língua ameaçada - são línguas assim classificadas por ainda serem faladas por uma parcela da população (idosos ou falantes abaixo de cinquenta anos) e com isso tem-se a possibilidade de sobrevivência da língua. Neste caso, as crianças raramente aprendem a língua nativa como língua materna;
- (iv) Língua viável com população pequena - são aquelas que possuem um contingente populacional de aproximadamente 1.000 falantes. São caracterizadas por estarem muitas vezes isoladas e por isso não sofrem pressões de abandonar a língua, pois é uma importante marca da identidade da comunidade;
- (v) Língua viável - são aquelas que possuem uma quantidade confortável de falantes, em todas as idades, e as crianças aprendem a língua nativa como língua materna.

Outra tipologia proposta é a de Fishman (1991) que estabelece uma escala de medição de intensidade que denomina de GIDS<sup>5</sup>. Esta escala serve para medir a intensidade de interrupção na transmissão intergeracional da língua ameaçada. São oito estágios que uma língua pode passar, quanto maior é a fase, menor é a continuidade de transmissão.

O estágio 8 é um contexto em que a língua apresenta fortes indícios de extinção. Nesta fase somente os mais velhos utilizam a língua, em situações muito corriqueiras e com uma fluência deficiente. No estágio 7, os adultos falam a língua e estão mais integrados social e etnolinguisticamente. No estágio 6, a transmissão intergeracional da língua já é evidente. No estágio 5, a língua é usada em diversos domínios dentro da comunidade. No estágio 4, a língua é usada na educação básica, no intuito de assegurar a continuidade de transmissão da língua. No estágio 3, a língua é utilizada na esfera do trabalho. No estágio 2, a língua é usada em órgãos governamentais e meios de comunicação, em um plano secundário. No estágio 1, a língua é utilizada em graus elevados de educação, mídia e órgãos governamentais.

A escala de Fishman (1991) deve ser lida do estágio 8 ao 1 que caracteriza a situação de ameaça que a língua se encontra, quando a escala chega aos números menores a condição da língua ser extinta é cada vez menor, porque a transmissão da língua já

---

<sup>5</sup> GIDES (Escala Disruption Graded Intergeracional), ver Fishman (1991, p.87)

acontece de forma satisfatória, assegurando a efetivação da língua em quase ou todos os setores da sociedade.

Com o propósito de reunir o máximo de variáveis possíveis que podem atuar em uma dada comunidade de fala, o modelo tipológico de Edward (1992 apud Grenoble e Whaley, 1998) é o primeiro a fazer uma distinção entre as características de uma comunidade de fala (falante e língua) que são consideradas as microvariáveis e as características de um contexto mais amplo que são as macrovariáveis. Essa distinção nos permite observar quais são as razões internas e externas ao sistema linguístico ameaçado que promovem a sua perda.

Edward (1992 apud Grenoble e Whaley, 1998) apresenta uma tipologia para o estudo de línguas caracterizando um modelo que considere todas ou quase todas as variáveis que estão envolvidas em um processo de mudança linguística, dividindo-as em dois parâmetros: Categorização A e Categorização B, conforme podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 8: Micro e macrovariáveis segundo Edward (1992)

Categorização A	Categorização B		
	Microvariáveis		Macrovariáveis
	Falante	Língua	Contexto
Demografia	1	2	3
Sociologia	4	5	6
Linguística	7	8	9
Psicologia	10	11	12
História	13	14	15
Política	16	17	18
Geografia	19	20	21
Educação	22	23	24
Religião	25	26	27
Economia	28	29	30
Tecnologia	31	32	33

No grupo da categorização A, as diferentes perspectivas permitem observarmos os grupos humanos segundo a demografia, a sociologia, a linguística entre outras. No grupo da categorização B temos o âmbito em que as variáveis, da categorização A, poderão ser aplicadas e que se dividem em micro e macrovariáveis. Da relação entre estes dois parâmetros tem-se um resultado de 33 questões relevantes para o entendimento da

dinâmica de ameaça que se encontra uma língua. Edward (1992 apud Grenoble e Whaley, 1998) apresenta as seguintes questões:

- 1- Número e concentração de falantes?
- 2- Abrangência da língua?
- 3- Natureza rural-urbana do contexto?
- 4- Status socioeconômico dos falantes?
- 5- Grau e tipo de transmissão linguística?
- 6- Natureza dos esforços prévios/atuais para manutenção e revitalização?
- 7- Capacidade linguística dos falantes?
- 8- Grau de padronização linguística?
- 9- Natureza da (i/e)migração?
- 10- Atitudes linguística dos falantes?
- 11- Aspectos da relação língua-identidade?
- 12- Atitudes dos grupos majoritários em relação aos minoritários?
- 13- História e passado do grupo?
- 14- História da língua?
- 15- História da área na qual o grupo vive?
- 16- Direitos e reconhecimento dos falantes?
- 17 – Grau e extensão do reconhecimento oficial da língua?
- 18- Grau de autonomia ou “status oficial” da área?
- 19- 21 Fatos básicos sobre a geografia?
- 22 – Atitudes dos falantes e envolvimento em relação à educação?
- 23 – Tipo de suporte da escola para a língua?
- 24- Estado da educação na área?
- 25 – Religião dos falantes?
- 26 – Tipo e força de associação entre língua e religião?
- 27 - Importância da religião na área?
- 28 – Economia dos falantes do grupo?
- 29- Associação entre língua(s) sucesso/mobilidade econômica?
- 30 – Riqueza econômica da região?
- 31 – Representação do grupo na mídia?
- 32 – Representação da língua na mídia?
- 33 – Consciência pública geral da área?

Grenoble e Whaley (1998), com base na tipologia proposta por Edward (1992), apresentam a variável *Letramento* como uma ampliação ao modelo antes proposto, por considerar indispensável pensar em razões de perda linguística sem considerar que o uso contínuo da língua se dá por meio do ensino, da prática de uso da língua. Assim, a tipologia proposta por Grenoble e Whaley (1998) é representada da seguinte maneira:

Quadro 9: Variável letramento segundo Grenoble & Whaley (1998)

<b>Letramento</b>	
<b>Macrovariáveis</b>	<b>Microvariáveis</b>
Educação - língua de instrução, níveis de multilinguismo na escola	Letramento - educação, religião, histórias, etc.
Planejamento - natureza dos objetivos	Aquisição - motivação, métodos e materiais pedagógicos, numero de participantes.
Atitudes -	Padronização - qual dialeto é a base para a língua literária, prestígio, inteligibilidade,

	possibilidade de aprendizagem, ortografia?
Materiais impressos – religiosos, pedagógicos, institucionais, políticos.	Natureza da comunidade indígena- história, graus de multilinguismo, multiletramento, educação, fatores de prestígios, etc..

Grenoble e Whaley (1998) ao propor a variável letramento analisada em quatro níveis (local, regional, nacional e extranacional) amplia o campo de influência que esta variável pode caracterizar em uma situação de ameaça linguística. As macrovariáveis - em nível regional, nacional e extranacional - caracterizam a língua em uso, qual é a língua destinada para o ensino, os objetivos deste ensino para a comunidade, assim como os recursos disponíveis da cultura minoritária e majoritária para a transmissão da língua ameaçada. Enquanto que as microvariáveis permitem que observemos - em nível local - qual o papel do letramento e tipo de aquisição da língua ameaçada, compreendendo como a história de contato da comunidade e a densidade linguística podem afetar na transmissão da língua. Além de hierarquizar as variáveis segundo graus de relevância que podem estabelecer entre si.

As tipologias nos dão suporte para compreendermos como os fatores que contribuem para a perda linguística estão interrelacionados. Assim, na próxima seção apresentamos os critérios estabelecidos pela UNESCO (2003) que orientam o estudo de línguas ameaçadas de extinção e permite que façamos a classificação das línguas quanto ao grau de manutenção linguística.

### **2.3.1 Critérios para avaliar a vitalidade de uma língua**

Outra proposta que busca estabelecer uma metodologia que contemple a situação de vivacidade de uma língua foi o documento lançado pela UNESCO, em 2003, intitulado de “*Language Vitality and Endangerment*” que apresenta critérios para avaliar a vitalidade de uma língua, considerando as seguintes situações:

- 1) A transmissão intergeracional da língua;
- 2) Número absoluto de falantes;
- 3) Proporção de falantes dentro da população total;
- 4) Tendências de domínios da língua;
- 5) Resposta a novos domínios e mídia;

- 6) Materiais para ensino de língua e de alfabetização;
- 7) Políticas governamentais e língua institucional incluindo a oficial do país e de uso;
- 8) Atitudes dos membros da comunidade para com sua própria língua;
- 9) Quantidade e qualidade da documentação.

Os fatores 1, 2 e 3 relacionam-se com o número de falantes da língua ameaçada, assim como a sua transmissão ao longo das gerações. É difícil definirmos com precisão quantos falantes usam a língua, quando tratamos de línguas indígenas. Mas, devemos considerar que toda comunidade linguística pequena está em situação de risco, pois as mudanças provocadas pelo contato acontecem de forma muito mais rápida.

A seguir apresentamos os quadros que explicitam cada um dos critérios apontados pela UNESCO (2003) e utilizamos a mesma classificação descrita neste documento que trata sobre a vitalidade de línguas.

Podemos observar no quadro 10 como os fatores 1 e 3 estão discriminados

Quadro 10: Transmissão intergeracional e proporção de falantes diante do total populacional

<b>Grau de ameaça</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Proporção de falantes</b>
Segura	A língua é usada por todos da comunidade desde criança	Todos falam a língua.
Ameaçada	A língua é usada por quase todas as gerações, que a tem como primeira língua e é usada em quase todos os domínios.	Quase todos falam a língua.
Definitivamente ameaçada	A língua não é aprendida como língua materna pelas crianças.	A maioria fala a língua.
Severamente ameaçada	A língua é falada apenas pelos avós ou geração mais velha.	A minoria fala a língua.
Criticamente ameaçada	Os idosos lembram partes da língua, mas não a usam.	Poucos falam a língua.
Extinta	Não há falantes.	Ninguém fala a língua.

No fator 4 identificamos os níveis de ameaça, no que se refere ao domínio e função desempenhada pela língua dentro da comunidade. Se a língua perde domínios, isso quer dizer que a transmissão intergeracional está sendo afetada. No quadro abaixo podemos visualizar os grau de ameaça segundo os domínios da língua.



Quadro 11: Graus de domínios da língua ameaçada de extinção

<b>Grau de ameaça</b>	<b>Tendências de domínios da língua</b>
Uso universal	A língua é utilizada em todos os domínios.
Paridade multilíngue	Duas ou mais línguas são faladas em vários domínios.
Restrição de domínios	A língua minoritária começa a perder domínios para a língua majoritária.
Domínios limitados	A língua é utilizada apenas em domínios formais.
Domínios altamente limitados	A língua é utilizada em domínios muito restritos e geralmente por apenas uma parcela da população.
Extinto	A língua não é falada em nenhum domínio.

No fator 5, observamos a resposta a novos domínios e que podem imergir na comunidade uma mudança na condição de vida. As novas mídias, como a televisão e a internet, principalmente em comunidades indígenas, tem provocado mudanças nos hábitos diários da população, o que reflete diretamente no uso da língua. Se a língua não acompanha os desafios da modernidade a tendência é seu uso se tornar irrelevante para a comunidade.

Quadro 12: Resposta a novos domínios

<b>Grau de ameaça</b>	<b>Níveis de respostas</b>	<b>Resposta aos novos domínios</b>
Seguro	Dinâmica	A língua é usada em todos os novos domínios.
Ameaçada	Ativa	A língua é usada na maioria dos novos domínios
Definitivamente Ameaçada	Copiadora	A língua é usada em alguns novos domínios.
Severamente Ameaçada	Receptiva	A língua é usada em muitos domínios.
Criticamente Ameaçada	Mínima	A língua é usada apenas em alguns domínios.
Extinta	Inativa	A língua não é utilizada em novos domínios.

O fator 6 nos permite identificar que tipos de materiais são disponibilizados para o ensino da língua, pois a transmissão da língua por meio do ensino, oral ou escrito, é fundamental para a sua vivacidade.

Quadro 13: Materiais disponíveis para o ensino da língua

<b>Grau de ameaça</b>	<b>Materiais disponíveis</b>
Segura	Ortografia estabelecida com gramática, dicionários, textos, literaturas e mídias.
Ameaçada	Existem materiais escritos sobre a língua e o letramento acontece na língua. Na administração o idioma escrito não é utilizado.
Definitivamente ameaçada	A língua apresenta materiais escritos e as crianças podem ser expostas a esses materiais. O letramento não acontece com a

	mídia impressa.
Severamente ameaçada	Os materiais escritos são acessíveis somente para alguns membros da comunidade, pois para outra parcela da população tem apenas um significado simbólico. O ensino da língua não faz parte do currículo escolar.
Criticamente ameaçada	Existem poucos materiais escritos e uma ortografia.
Extinta	Não há ortografia para a comunidade.

O fator 7 nos permite observar as políticas governamentais direcionadas às línguas majoritária e minoritária quando competem às mesmas funções dentro de uma comunidade linguística. No quadro 14 podemos visualizar como o fator 7 caracteriza essa relação:

Quadro 14: Políticas governamentais direcionadas a língua ameaçada

<b>Grau de ameaça</b>	<b>Grau de suporte</b>	<b>Atitudes oficiais para a língua</b>
Saudável	Igual apoio	Todas as línguas são protegidas
Ameaçada	Suporte diferenciado	As línguas minoritárias são protegidas como línguas de um domínio privado.
Definitivamente ameaçada	Assimilação passiva	Não existe política linguística para línguas minoritárias.
Severamente ameaçada	Assimilação ativa	O governo incentiva a assimilação da língua majoritária
Criticamente ameaçada	Assimilação forçada	A língua majoritária é a única oficial.
Extinta	Proibição	As línguas minoritárias são proibidas.

O fator 8 se refere às atitudes dos membros da comunidade, tanto positivamente quanto negativamente, e revela quais são as reais expectativas dos falantes para com a sua língua. E para entendermos como as atitudes podem influenciar na promoção, manutenção e perda da língua, observemos o quadro abaixo:

Quadro 15: Atitude dos membros da comunidade

<b>Grau de ameaça</b>	<b>Atitude dos membros da comunidade</b>
Segura	Todos os membros valorizam a língua
Ameaçada	A maioria dos membros da comunidade incentiva à manutenção da língua.
Definitivamente ameaçada	Muitos membros da comunidade incentivam a manutenção da língua, enquanto que outros são indiferentes com a realidade de perda.
Severamente ameaçada	Alguns membros da comunidade incentivam a manutenção da língua, enquanto que outros são indiferentes com a realidade de perda.
Criticamente ameaçada	Apenas poucos membros incentivam a manutenção da língua, enquanto que os outros são indiferentes com a realidade de perda.

Extinta	Ninguém se importa com a língua.
---------	----------------------------------

No fator 9 podemos identificar a urgência de documentação de uma língua ameaçada. Os materiais existentes sobre a língua, principalmente os escritos, servirão como instrumento que permite o uso contínuo e a expansão da língua. Nesse sentido, a quantidade e qualidade de documentação é um forte indicador de vivacidade da língua.

O quadro 16 mostra como estão caracterizados a necessidade de documentação de uma língua:

Quadro 16: Urgência da documentação da língua ameaçada

<b>Grau de ameaça</b>	<b>Natureza da documentação</b>	<b>Documentação da língua</b>
Segura	Superlativo	Há gramáticas, dicionários e uma série de materiais escritos, gravados em áudio e vídeo.
Ameaçada	Boa	Há algumas boas gramáticas, dicionários, literatura, materiais escritos e gravados. Recurso de mídia diário.
Definitivamente ameaçada	Razoável	Pode haver uma gramática, dicionários e textos, mas não mídias.
Severamente ameaçada	Fragmentada	Existem alguns esboços gramaticais, lista de palavras, as gravações em áudio em vídeo são de qualidade variável.
Criticamente ameaçada	Inadequada	Apresentam apenas alguns esboços gramaticais, textos fragmentados, áudio e vídeo não existe qualquer anotação.
Extinta	Não documentada	Não existe material.

Os critérios estabelecidos pela UNESCO (2003) são pontos importantes quando tratamos de línguas ameaçadas de extinção e os critérios estão interligados. Os três primeiros fatores se relacionam diretamente com o número de falantes proficientes na língua nativa, assim como sua transmissão ao longo de gerações. Já os fatores 4 a 7 identificam onde e como a língua é utilizada. O fator 8 trata das percepções sobre o valor da língua perante seus falantes e o fator 9 indica o material que foi produzido sobre o idioma.

De posse desta classificação podemos inferir sobre a situação sociolinguística das línguas selecionadas para este estudo. Na próxima seção apresentaremos a metodologia deste estudo que busca identificar as razões externas à língua que provocam a perda de funcionalidade das línguas indígenas em estudo.

## **2.4 Metodologia**

Para realizar este estudo foram utilizados os procedimentos necessários para uma abordagem com enfoque teórico bibliográfico sobre as causas que motivam a mudança linguística, relacionando-a com os fenômenos extralinguísticos que podem ou não provocar a morte de uma língua. Desta forma, a elaboração deste estudo envolveu quatro momentos distintos: (i) a escolha das línguas e seus respectivos informantes; (ii) leitura bibliográfica; (iii) entrevistas; e (iv) análise das entrevistas.

### **2.4.1 A escolha das línguas**

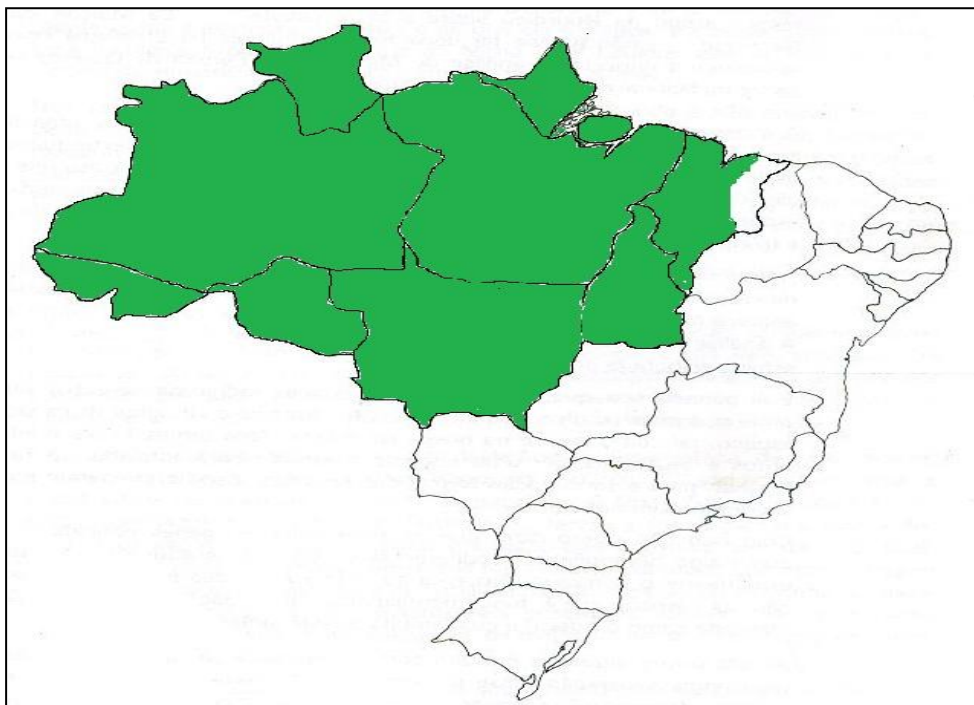
O critério para a escolha das línguas indígenas seguiu três situações: primeiramente em função de serem línguas indígenas classificadas como amazônicas, segundo Rodrigues (2000); por estarem em situação de ameaça de extinção, como a maioria das línguas indígenas brasileira; e por serem línguas descritas por pesquisadores que fazem parte do grupo de estudos de línguas indígenas da UFPA (Carmem Rodrigues, Risoleta Julião e Sidney Facundes), além do pesquisador do Museu Emilio Goeldi Prof. Dr. Hein van der Voort e a Profa. Dra. Leopoldina Araujo, que gentilmente nos permitiram acessibilidade às informações sobre as referidas línguas por meio das entrevistas concedidas.

A dificuldade de realizar as entrevistas com outros pesquisadores nos impossibilitou de abranger línguas que estão localizadas nos seis estados restantes que compõem a Amazônia brasileira. Assim, selecionamos as seguintes línguas:

- A língua Anambé que é descrita pela pesquisadora Profa. Dra. Risoleta Julião e os indígenas que compõem essa etnia estão localizados no município de Moju, no estado do Pará;
- A língua Aikanã que é descrita pelo Prof. Dr. Hein van der Voort, as comunidades que falam esta língua estão localizadas no estado de Rondônia;
- A língua Apurinã pesquisada pelo Prof. Dr. Sidney Facundes, iremos considerar somente os falantes localizados no estado do Amazonas;
- A língua Parkatêjê que está localizada na cidade de Marabá, no estado do Pará, e é pesquisada pela Profa. Dra. Leopoldina Araujo;
- A língua Xipaya que é descrita pela Profa. Dra. Carmen Rodrigues e está localizada na cidade de Altamira, no estado do Pará.

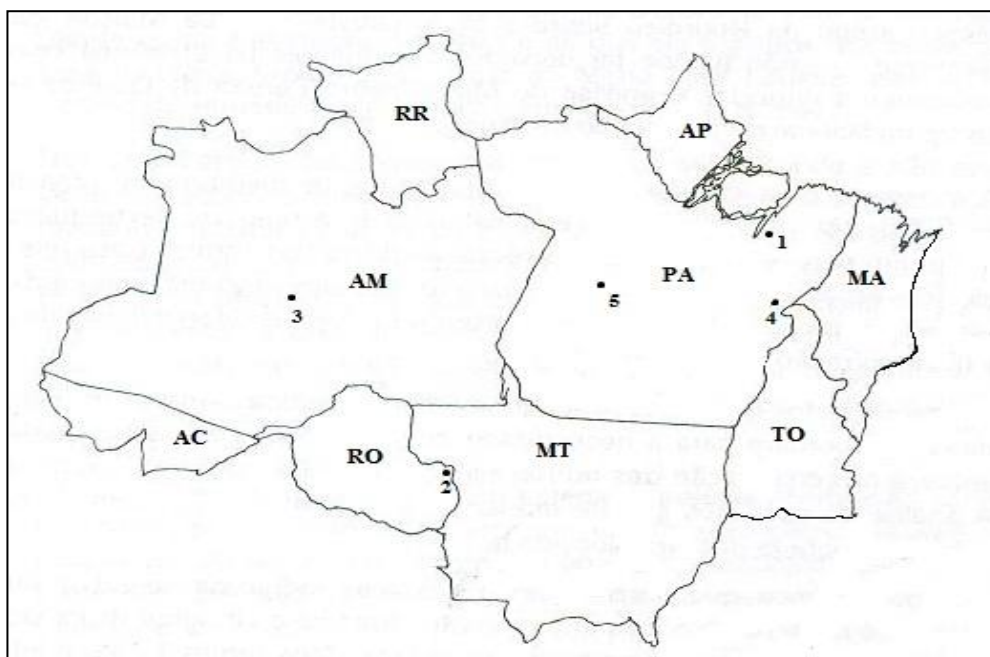
Veamos no mapa a localização de cada comunidade estudada:

Mapa 1: Território Brasileiro com delimitação da Amazônia.



Fonte: FUNAI (2010) adaptado por Danielle Franco

Mapa 2: Localização das línguas em estudo



Fonte: FUNAI (2010) adaptado por Danielle Franco

## **1 - Língua Anambé**

A língua Anambé faz parte da família Tupi guarani. A população segundo dados da Funai (1996) totalizavam 118 habitantes sem distinção de índios e não índios. Habitam no alto curso do rio Cairari, na Terra Indígena Anambé no município de Moju, no estado do Pará.

## **2 - Língua Aikanã**

A língua Aikanã é uma língua isolada, é o nome de aproximadamente quarenta povos que estão localizados na cidade de Vilhena, sudeste do estado de Rondônia. A maioria habita a Terra Indígena Tubarão Latundê (onde residem três grupos étnicos distintos - Aikanã, Kassupá e Kwazá).

## **3 - Língua Apurinã**

A língua Apurinã pertence à família Aruak e sua população estima em torno de 3.000 indivíduos. Os falantes de Apurinã, 30 comunidades aproximadamente, são encontrados em comunidades localizadas no sul do Estado do Amazonas, na região do rio Purus.

## **4 - Língua Parkatêjê**

A língua Parkatêjê é um dialeto Timbira, da família Jê. É falada em duas aldeias distintas localizada em Marabá, nas proximidades do município do Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do estado do Pará. Para esta pesquisa consideraremos a comunidade situada no quilometro 30 da rodovia BR-222, que são os Parkatêjê.

## **5 - Língua Xipaya**

A língua Xipaya é pertence ao tronco linguístico Tupi, faz parte da família Juruna e é falada na região de Altamira, no estado do Pará. Há três agrupamentos da população xipaya, no entanto, para este estudo nos deteremos à observação da situação sociolinguística do grupo xipaya que são oriundos de bairros da área urbana de Altamira e que, hoje, estão localizados na aldeia Kujubim, também em Altamira.

## 2.4.2 Leitura bibliográfica

O levantamento bibliográfico, de acordo com Lakato e Marconi (1992), dá a possibilidade de elencar as produções desenvolvidas sobre o tema e oferecem meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas. Mediante objetivos e finalidades deste estudo, a pesquisa bibliográfica oportuniza a apresentação de diferentes posicionamentos de autores renomados e pesquisadores que estão envolvidos diretamente com a problemática da extinção e revitalização de línguas.

Esta dissertação apoia-se em orientações teóricas e metodológicas construídas a partir de estudos que tratam sobre línguas ameaçadas de extinção realizadas por Campbell e Muntzel (1989) que tratam sobre o desenvolvimento estrutural característico de línguas em estado terminal; Hill (1983) que descreve as motivações das mudanças linguísticas; Thomason (2001) que identifica mecanismos de mudanças linguísticas induzidas pelo contato; Romaine (1995) que aponta o estudo das atitudes linguísticas como principal indicador de manutenção de uma língua.

Outro referencial deste estudo está no campo da pesquisa das variáveis sociolinguísticas propostas por Edward (1992) e Grenoble e Whaley (1998, 2000) que apontam parâmetros sociolinguísticos que podem indicar quantos e quais os fatores que possam estar influenciando na operação de uma ou de outra língua, que estejam em contato. As macrovariáveis e microvariáveis identificadas pelas tipologias nos auxiliaram para classificar as línguas selecionadas para este estudo, quanto ao grau de ameaça que se encontram utilizando os critérios estabelecidos pela UNESCO (2003).

No que diz respeito à pesquisa sobre línguas indígenas, este estudo terá a importante contribuição de estudiosos como Rodrigues (1994, 2000), Freire (2003), Moore, Galúcio e Gabas (2008), Seki (2000), Braggio (2003, 2009) entre outros que tratam de questões linguísticas em comunidades indígenas. Além da contribuição dos pesquisadores como Risoleta Julião, Hein van Voort, Sidney Facundes, Leopoldina Araujo e Carmen Rodrigues que, em comunicação pessoal, cederam informações pertinentes sobre a situação sociolinguística das línguas Anambé, Aikanã, Apurinã, Parkatêjê e Xipaya respectivamente.

### 2.4.3 Entrevista

Para a coleta dos dados recorreu-se a entrevista semiestruturada com pesquisadores de línguas indígenas amazônicas que se encontram em ameaçadas de extinção. Seguiu-se um roteiro preestabelecido cujos dados foram gravados em um gravador digital e posteriormente transcritos. Optamos pela entrevista semiestruturada, uma vez que ela permite que obtenhamos resultados mais próximos ao esperado, como afirma Manzini (1991, p.154):

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Entendemos que esta metodologia permite ao entrevistador dirigir a atividade de acordo com os seus objetivos, por meio da elaboração de um roteiro com perguntas básicas sobre o assunto abordado, e que poderá ser inserido novas perguntas de acordo com a necessidade da entrevista.

A coleta de dados para investigação da situação sociolinguística das línguas em estudo utilizará um questionário baseado em Edward (1992). Assim, as perguntas, inicialmente selecionadas foram as seguintes:

- 1 – Com qual língua indígena você trabalha e em que situação de ameaça ela se encontra?
- 2- De que sobrevive a comunidade em se tratando de economia?
- 3 - Qual a primeira língua que as crianças aprendem a falar?
- 4 - Que língua é ensinada na escola?
- 5 – Há monolíngues em língua indígena?
- 6 - Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com os mais velhos?
- 7- Qual a atitude dos falantes dentro e fora da comunidade em relação às línguas ali utilizadas?
- 8 – Os indígenas acham melhor falar que língua e em que situação?
- 9 – Quem participa mais das atividades de revitalização?

De posse deste roteiro, as entrevistas foram realizadas com os seguintes pesquisadores:



- Dra. Risoleta Julião

Mestre em Letras, na área de estudos linguísticos pela Universidade Federal do Pará (1991) e Doutora em Ciências da Linguagem pela Université de Toulouse II (Le Mirail), revalidado pela Universidade de Brasília em janeiro de 2008. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Pará e iniciou a pesquisa com a língua Anambé em 1988.

- Dr. Hein van der Voort

Doutor em Linguística - Universidade de Leiden (2000). Atualmente é pesquisador visitante do Museu Paraense Emílio Goeldi. Trabalha com a documentação e descrição de línguas indígenas e desde 2005 pesquisa especificamente a língua Aikanã, assim como muitas línguas que estão localizadas no estado de Rondônia.

- Dr. Sidney Facundes

Doutor em Linguística pela State University of New York At Buffalo (2000). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará e Contratado da Thammasat University. Pesquisa a língua Apurinã desde a década de 90.

- Dra. Leopoldina Araujo

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal do Pará e da Secretaria De Educação do Estado do Pará (SEDUC). Iniciou a pesquisas com a língua Parkatêjê em 1974.

- Dra. Carmem Lucia Rodrigues

Doutora em linguística teórica e formal pela Université Denis/Diderot. Atualmente é professora adjunta pela Universidade Federal do Pará - coordenadora do Pólo de Castanhal-PA. Iniciou a pesquisa com a língua Xipaya, ainda na graduação em 1988 e após 24 anos de pesquisa vários trabalhos sobre a língua já foram publicados.

Para critério de identificação das informações cedidas pelos pesquisadores entrevistados, a referência às informações das entrevistas estará com o sobrenome dos pesquisadores, seguido da expressão comunicação pessoal entre parênteses.

#### 2.4.4 Tipologias sociolinguísticas

O uso de tipologias sociolinguísticas tem sido muito frequente em investigações que buscam identificar os fatores responsáveis pela desvitalização de línguas ameaçadas de extinção. Assim, serão analisadas neste trabalho as macrovariáveis que favorecem a mudança linguística e possivelmente à perda da vitalidade das línguas selecionadas.

Neste estudo identificamos três macrovariáveis que atuam decisivamente na mudança das línguas, a saber: (i) Usos das línguas; (ii) Escolarização e (iii) Migração.

A seguir passarei a analisar cada um desses fatores, a fim de examiná-lo face aos dados que serão expostos posteriormente:

- Usos das línguas

De acordo com a proposta de tipologia sociolinguística de Grenoble e Whaley (1998), as atitudes linguísticas são entendidas como escolhas influenciadas pelas pressões externas, conseqüentemente, pela interação social entre culturas diferentes. Um falante de uma língua minoritária ao adquirir uma nova língua que possui um maior status social, assume outra posição perante sua comunidade.

As interferências que ocorrem em uma língua minoritária não provocam somente mudanças na estrutura da língua tradicional, mas interfere na percepção que o falante tem da sua cultura e da outra língua que começa a ocupar domínios antes ocupados pela língua tradicional. Segundo D'Angelis (2002), o abandono da língua tradicional em comunidades indígenas revela uma tentativa de fuga de uma identidade que é socialmente marcada como negativa, transmitida principalmente pela sociedade não índia.

Fishman (1991) considera uma característica fundamental para se identificar se uma língua está em perigo iminente de extinção, é quando ela não está mais sendo ensinada às crianças; pela substituição da língua minoritária pela majoritária; ou pela a morte dos últimos falantes idosos. Ambas as situações levam ao desaparecimento das línguas que se encontram nessas situações.

A macrovariável “usos das línguas” nos permite observar a situação de uso da língua indígena e a inserção da língua portuguesa nas comunidades estudadas. Cabe ressaltar que a questão da vitalidade de uma língua não está relacionada unicamente a

questão do número de falantes que a utilizam, mas também a importância social que essa língua representa para a comunidade de falantes.

- **Escolarização**

A escolarização em comunidades indígenas deve salientar a importância do ensino para essa comunidade, seja em português ou em língua indígena. Logo, a escolarização deve ser considerada uma macrovariável que poderá ajudar na manutenção da língua nativa ou na sua desvitalização.

As discussões acerca da educação escolar indígena têm sido amadurecidas com as recentes pesquisas sociolinguísticas que tem demonstrado que o foco metodológico em ambientes de contato não está somente na educação bilíngue e bicultural especificamente, mas também está ancorada em aspectos históricos, sociais e identitários que influenciam na aquisição/aprendizagem da língua materna ou de uma segunda língua.

Em virtude desta nova visão de educação indígena, o MEC (Ministério da Educação) publicou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), em 1998. Este documento foi pensado, discutido e elaborado, com o intuito de diminuir a distância entre o discurso político que rege as leis e as ações efetivas que acontecem em comunidades indígenas, quanto as práticas em sala de aula, quanto ao que se espera de educação escolar indígena.

Quando a educação escola indígena não favorece o uso efetivo da língua nativa e privilegia somente o ensino do português, a tendência é a língua indígena se tornar obsoleta. Agora, quando a escola assume um papel social de resgate da língua nativa e das tradições culturais, esta macrovariável se torna um instrumento que favorece a manutenção da língua ameaçada.

- **Migração**

O percurso histórico de comunidades indígenas brasileiras, em relação ao uso da terra, é marcado por uma série de extermínios de indígenas, ocupação violenta de territórios, escravização, abandono forçado de línguas nativas. No entanto, a terra para a sociedade indígena significa a base cultural e social do povo.

Moura (1996, p. 32) citada por NETO (2004, p. 54-55) esclarece:

A noção de território para as nações indígenas, de um modo geral é diferente da noção corrente na sociedade nacional. O corte e a separação de território pelas fronteiras geográficas, tal como são estabelecidos pela nossa sociedade, é algo inconcebível para as sociedades indígenas. O território é o fio condutor da vida social, em conexão profunda com o sistema religioso dessas sociedades, que mantêm uma relação mística com a terra, a ponto de considerá-la sua própria mãe.

Assim, a Terra Indígena representa muito mais que uma moradia. No entanto, os anos de violência contra as comunidades indígenas refletiram diretamente na configuração sociocultural destas comunidades, e hoje, o movimento de migração dos indígenas para a cidade é notório e natural, pois a maioria das reservas não oferece condições de sobrevivência.

Para Lidório (2010), a busca de melhorias de vida e incentivos governamentais para o reavivamento da cultura tradicional, são os principais motivos que provocam a saída de indígenas da aldeia para as cidades. E o que percebemos é que a volta para a aldeia, se dá principalmente porque os indivíduos que perderam a sua autoidentificação indígena, atualmente, buscam o reconhecimento de sua etnia.

Compreender a situação em que os indígenas vivem atualmente é refazer toda a trajetória de resistência territorial e linguística destas comunidades, pois as mudanças demográficas, as dificuldades de habitação, alimentação e educação são fatores que influenciam nas experiências e formação cultural de um povo. Logo, a macrovariável migração nos permite observar como a dinâmica das comunidades estudadas pode afetar o uso da língua tradicional.

Desta forma, elaboramos um quadro com as variáveis encontradas no contexto linguístico das línguas Anambé, Aikanã, Apurinã, Parkatêjê e Xipaya, com base nas respostas dos pesquisadores ao questionário aplicado.

Quadro 17: Macrovariáveis encontradas nas línguas em estudo

<b>Língua</b>	<b>Macrovariáveis</b>		
<b>Anambé</b>	Usos das línguas	Escolarização	Migração
<b>Aikanã</b>	Usos das línguas	Escolarização	Migração
<b>Apurinã</b>	Usos das línguas	Escolarização	-
<b>Parkatêjê</b>	Usos das línguas	Escolarização	-
<b>Xipaya</b>	Usos das línguas	Escolarização	Migração

Elaboramos este quadro com base no que foi encontrado de semelhante entre as situações das línguas em análise, de acordo com as respostas dos pesquisadores às entrevistas.

A análise das entrevistas compreenderá dois aspectos:

- (i) Identificação das macrovariáveis sociolinguísticas (usos da língua, escolarização e migração) que atuam nestas comunidades, por meio do exame das respostas dos pesquisadores às entrevistas cedidas;
- (ii) Classificação destas línguas quanto ao grau de ameaça que se encontram de acordo com os nove critérios estabelecidos pela UNESCO (2003) para avaliação de línguas ameaçadas de extinção.

Deste modo, o exame das macrovariáveis quanto às línguas em análise nesta dissertação poderá apontar aspectos que digam respeito à situação de perda linguística das mesmas. No próximo capítulo apresentamos as macrovariáveis encontradas e delineamos a situação sociolinguística de cada língua estudada.

### 3 - OBSERVAÇÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS

A perda e morte das línguas tem sido motivo de redobrada atenção por parte de linguistas e pessoas engajadas nas questões indígenas, pois a velocidade com que isso vem ocorrendo é sem precedentes na história da humanidade. E é justamente pelos danos causados a essa humanidade, e aos povos indígenas em particular, que se procuram as razões que levam à morte das línguas, a fim de que se possa encontrar caminhos para desenvolver ações para a sua manutenção. Muitas têm sido as tentativas, mas ainda são muito poucas para a tarefa que se tem à frente. Uma das formas de se começar a tratar o problema tem sido através dos estudos sociolinguísticos das comunidades indígenas e dos subsídios que possam trazer à educação escolar indígena, vista esta como uma possível forma de se ajudar a manutenção das línguas indígenas. (Braggio, p. 9, Silva, 2001)

A situação sociolinguística de uma comunidade permite que se identifiquem fatores internos e externos à língua que estejam influenciando na perda da vitalidade de línguas minoritárias. No Brasil, no que se refere ao estudo de línguas indígenas, podemos citar a pesquisa de Braggio (1992, 2003, 2009) que trata sobre a situação sociolinguística de vários povos indígenas do Tocantins e sobre a língua Xerente respectivamente; Pimentel da Silva (2001) que realiza a pesquisa sobre duas comunidades Karajá situadas na ilha do bananal (MT); Albuquerque (2008), que trata sobre as atitudes linguísticas dos Apinajés de Mariazinha (TO), Ladeira (2000) que expõe a situação dos Terena (MS), entre outros trabalhos.

As tipologias sociolinguísticas têm sido elaboradas com o intuito de dar conta das variáveis, sejam elas micro ou macro, que possam explicar a situação de conflito linguístico em que se encontram as línguas minoritárias. Muitas pesquisas já relataram que os fatores externos à língua, muitas vezes, passam despercebidos como influenciadores da mudança linguística. As macrovariáveis dão uma visão geral da situação de uma determinada comunidade, pois envolvem o contexto em que as mudanças acontecem.

As macrovariáveis identificadas neste estudo foram as: (i) uso da língua; (ii) escolarização e (iii) migração. As macrovariáveis *uso da língua* e *escolarização* foram identificadas, por meio das respostas às entrevistas, nas cinco línguas estudadas como fatores preponderantes na transmissão da língua indígena. Enquanto a macrovariável *migração* foi observada somente nas línguas Anambé, Aikanã e Xipaya.

### 3.1 Usos das línguas

Os estudos de línguas em contato vêm constatar que os contextos bilíngues são mais complexos do que podemos imaginar, pois o falante, ao utilizar uma língua ao invés de outra, determina a função linguística, social e econômica que cada uma das línguas ocupa nesses contextos.

No quadro 18, baseado em Ferreira (2005), observamos como a macrovariável “usos das línguas” se apresenta nos ambientes das línguas indígenas selecionadas.

Quadro 18: Usos das línguas

<b>Usos das línguas</b>			
<b>Língua</b>	<b>1ª Geração (50 – 70 anos em diante ...)</b>	<b>2ª Geração (30 - 49)</b>	<b>3ª Geração (0 - 29)</b>
Anambé	- língua indígena + língua portuguesa	- língua indígena + língua portuguesa	Língua portuguesa
Aikanã	+ língua indígena - língua portuguesa	- língua indígena + língua portuguesa	- língua indígena + língua portuguesa
Apurinã	+ língua indígena - língua portuguesa	- língua indígena + língua portuguesa	- língua portuguesa + língua portuguesa
Parkatêjê	+ língua indígena - língua portuguesa	- língua indígena + língua portuguesa	- língua indígena + língua portuguesa
Xipaya	- língua indígena + língua portuguesa	- língua indígena + língua portuguesa	Língua portuguesa

As línguas morrem devido a falta de manutenção desta língua quanto a sua necessidade dentro de uma comunidade, que segundo Crystal (2000), passa por etapas, que são: (i) a pressão das pessoas que falam a língua dominante; (ii) a emergência do bilinguismo e (iii) o monolinguismo da língua majoritária.

Observamos que o uso da língua Anambé há muito tempo não está presente na comunidade. Para eles, índios Anambé, a língua indígena perdeu a funcionalidade perante o uso da língua portuguesa. À medida que os falantes de Anambé colocaram sua língua tradicional em domínios mais restritos, a língua portuguesa começou a ocupar os espaços desta de forma definitiva.

De acordo com Romaine (1995), um dos fatores principais que dificulta a manutenção da língua são as atitudes negativas dos falantes para com a sua língua. Julião (comunicação pessoal) afirma que, desde 1989, a língua Anambé já não era mais falada pelo povo e que a preferência do uso da língua portuguesa ao invés da língua Anambé se mostrava evidente, a ponto de todos os indígenas da etnia Anambé falarem o português como primeira e única língua do grupo.

Em 1989, data do meu primeiro contato com os anambé, já a língua havia sido substituída pelo português que já recobria todas as atividades da vida interna do grupo: atividades no interior da família, a organização do trabalho, reuniões, encontros, visitas. Mesmo os netos e filhos daqueles de quem se dizia que ainda sabiam anambé (o caso das duas índias que trabalharam comigo) tinham no português a língua materna.

Para Julião (comunicação pessoal) falar do uso da língua Anambé é um assunto delicado, pois desde o primeiro contato com essa etnia que foi feito por Napoleão Figueiredo em 1968, o português era a língua utilizada por todos e não havia preocupação em falar em Anambé.

Quando os conheci não se mostravam preocupados com o fato de não falarem mais anambé. Alguns reconheciam que sabiam algumas palavras e frases. Um homem na faixa dos 40 anos admitiu que em criança falava “a língua”, mas quando o conheci só usava português. Nunca negaram o fato de ser índios.

As mudanças que ocorrem dentro de uma comunidade linguística, seja na estrutura da língua, ou no comportamento dos falantes, refletem diretamente no uso da língua pelas gerações. Van der Voort (comunicação pessoal) salienta que existem “jovens que nunca aprenderam Aikanã, entendem um pouco a língua tradicional, escutam-na todo dia, mas nunca aprenderam (...) não conversam nada na língua”. Muitos indígenas da comunidade não sabem Aikanã porque não foram estimulados a aprendê-la, e com isso, sentimentos negativos foram sendo construídos ao longo dos anos e atualmente, as atitudes preconceituosas são frequentemente percebidas em uma boa parcela da comunidade. Delegada a uma esfera inferior, o Aikanã sobrevive na fala de alguns indivíduos da geração mais velha e em pequenos diálogos com um grupo seletivo de adultos e jovens que buscam a valorização da língua, como marca da sua identidade étnica.



Em relação ao uso da língua indígena pelos falantes de Apurinã, Facundes (comunicação pessoal) afirma que:

Isso ainda carece de pesquisa sistemática, mas pode ser informalmente caracterizado como um quadro histórico de subvalorização do Apurinã em detrimento do português como estratégia de sobrevivência e adaptação à sociedade envolvente.

O uso da língua Apurinã, por uma parcela da comunidade, está diretamente relacionado à questão identitária. Para os indígenas a língua Apurinã representa um “elemento simbólico da etnia” (FACUNDES, comunicação pessoal). No entanto, a língua que as crianças aprendem é o português, enquanto que a língua indígena não está sendo transmitida às novas gerações.

Em relação à língua Parkatêjê, a geração mais velha fala a língua indígena, alguns adultos ainda interagem com os mais velhos, mas os jovens e as crianças apesar de saberem poucas palavras do Parkatêjê não o falam em conversações, uma vez que somente conhecem palavras e algumas poucas frases isoladas. O uso do português pelos mais novos é muito forte. Araújo (comunicação pessoal) comenta sobre o uso da língua na aldeia e revela que, “ao longo do tempo em que trabalho com o povo, cada vez mais é a língua portuguesa a usada”.

Cada grupo social tem uma visão sobre sua maneira de viver e a mudança de comportamento conseqüentemente influencia a posição de cada indivíduo na sociedade. Para Schneider (2009, p. 81):

Os processos avaliativos em direção à língua e seus falantes são interdependentes e socialmente construídos, e a interrelação entre crenças e atitudes linguísticas, muitas vezes, é indireta e contraditória, pois o sujeito pode acreditar numa coisa, mas, em função da imagem de si que almeja projetar em determinado contexto, expressa o contrário.

De acordo com Rodrigues (comunicação pessoal), no caso da língua Xipaya, D. Maria, uma das quatro restantes que falam a língua, não fala em Xipaya porque sente vergonha de ser a única a falar, na comunidade, uma língua que ninguém entende. Os jovens sentem-se angustiados por não saberem a língua, estão interessados em aprender a língua tradicional, mas não há quem lhes ensine.

Rodrigues ainda salienta que Maria Xipaia argumenta dizendo: - “Eles (filhos e netos) que tem que vim me perguntar”. Como durante muito tempo a comunidade viveu na

cidade, o uso do português tornou-se normal e a procura do aprendizado do Xipaya se torna cada vez mais difícil, pois a única informante, Maria Xipaya, não acredita ser capaz de repassar a língua às gerações mais novas.

A macrovariável “uso da língua” foi perceptível nas cinco comunidades estudadas. De acordo com o que os pesquisadores responderam às perguntas da entrevista, verificou-se como a atitude negativa dos falantes em relação à língua indígena pode ser desfavorável à manutenção da língua. O não uso da língua indígena emerge de uma necessidade de afirmação na sociedade majoritária, pois a saída dos indígenas da aldeia para as cidades, o seu envolvimento com as facilidades da vida moderna são ações que marcam uma mudança no posicionamento do falante que responde de forma negativa a língua indígena, já que sua língua não goza do mesmo status que a língua portuguesa.

Isso ocorre de modo mais ou menos incisivo, uma vez que há comunidades indígenas próximas à zona urbana, como é o caso dos Parkatêjê, e outras não tão próximas como é o caso dos Aikanã.

### **3.2 Escolarização**

A história da educação escolar indígena brasileira é marcada pelo contato com a língua portuguesa, pela dominação, imposição cultural e econômica. Segundo Silva (2001), em 1549 se inicia a educação indígena pautada em uma política integracionista e assimiladora que visava homogeneizar a cultura nacional. Assim a escola é usada como ferramenta de domesticação dos indígenas.

A partir dos anos 80 muito se tem discutido sobre a importância da educação escolar indígena para a manutenção da língua nativa. A expressão “educação” compreende não apenas a alfabetização, mas o acesso aos níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, respeitando as diferenças étnicas de cada comunidade. A educação escolar indígena é projeto muito particular, pois cada proposta de educação bilíngue deve atender às condições de cada povo, o estado de documentação e da descrição da língua

No entanto, a realidade de muitas comunidades indígenas, em relação à educação escolar, não contribui para a manutenção da língua tradicional. Pois, a educação escolar indígena durante muito tempo esteve pautada em um ensino formal e sistemático, o que agravou o processo de desaparecimento destas línguas.

Assim, a macrovariável “escolarização” afetará diretamente na transmissão da língua nativa. Dependendo de como o processo educacional está sendo praticado, esta macrovariável afetará positivamente ou negativamente no uso da língua tradicional.

No quadro abaixo podemos visualizar como a macrovariável “escolarização” está atuando nas línguas em estudo:

Quadro 19: O ensino da língua e materiais disponíveis na escolarização indígena

<b>Línguas</b>	<b>Ensino da língua</b>	<b>Materiais disponíveis</b>
Anambé	Não há atividades na língua indígena.	Não há material didático.
Aikanã	O ensino de crianças e jovens se dá em língua portuguesa.	Não há material didático
Apurinã	O ensino de crianças e jovens acontece em língua portuguesa, mas na aldeia algumas atividades em língua indígena são realizadas.	Material elaborado por Duarte (2009) <sup>6</sup> .
Parkatêjê	O ensino de crianças e jovens acontece na reserva e aprendem em língua portuguesa, mas aliada às atividades em língua indígena que são propostas como instrumento de manutenção da língua tradicional.	Não há material didático
Xipayá	O ensino de crianças e jovens acontece em língua portuguesa.	Não há material didático

Na comunidade Anambé, de acordo com Julião (em comunicação pessoal), *a escola foi introduzida na área indígena em 1988 e o português sempre foi a língua utilizada ali*. Após a saída da escola da reserva, os indígenas que precisavam estudar acabavam indo para a cidade, utilizando o programa escolar dos “brancos”. É impossível negar a influência da cultura majoritária na vida diária desse grupo.

De acordo com Van der Voort (comunicação pessoal) no agrupamento dos Aikanã, apesar de na reserva ter uma escola para os indígenas, tanto crianças quanto jovens falam português e frequentam a escola, na cidade mais próxima a aldeia, que ensina em língua portuguesa. Falar em educação intercultural é muito fácil, como afirma van der Voort (comunicação pessoal), no entanto, muitas vezes a realidade da comunidade indígena não favorece o seu funcionamento. Na comunidade dos Aikanã, não há professores para ensinar a língua indígena tradicional e quem precisa estudar acaba indo para a cidade. A

<sup>6</sup> Consultar em Duarte (2009), *Concepção e elaboração de materiais de ensino para povos indígenas: o caso apurinã*.

falta de apoio para a implantação de projetos de reavivamento da língua indígena é o principal entrave para que a manutenção da língua aconteça de fato.

A Constituição Federal Brasileira (1998) proclama que é dever do Estado assegurar o direito de todos os que vivem na sociedade brasileira de receber educação e apresenta formulações permitindo aos povos indígenas estabelecerem formas particulares de organização em relação ao sistema educacional nacional. Em seu artigo 231, reconhece o direito dos índios à prática de suas culturas próprias, para que eles possam se organizar socialmente de modo que lhe convém, afirmando como pertencentes à cultura nacional seus valores culturais, línguas, costumes, tradições, crenças e concepções de mundo.

Mas, segundo Silva (2010) quando a educação escolar indígena recentemente passou a ser tarefa do Estado, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) implantou escolas leigas nas aldeias sem que houvesse uma política de escolarização que reconhecesse a diversidade cultural. Desta forma, a escola passa a ser considerada, pelo menos legalmente, como instrumento de valorização da cultura indígena, sem oferecer efetivamente esta manutenção.

A situação das línguas indígenas cada vez se agrava mais. O não uso da língua Apurinã deve-se em grande parte ao fato de seus falantes não transmitirem a língua às gerações mais novas. Facundes (comunicação pessoal) afirma que as crianças aprendem o português como primeira língua. O uso do português, inclusive na escola, é natural. As crianças não são estimuladas a aprender a língua nativa, pois é o português a língua de comunicação e das relações sociais dentro e fora da aldeia, apesar de “um recente movimento de valorização do apurinã” esteja nascendo no seio de uma parcela da comunidade. (FACUNDES, em comunicação pessoal).

Na comunidade Parkatêjê, de acordo com Ferreira (2005) a escola iniciou entre os anos de 1990 a 1994. A escola foi pensada em um modelo de ensino bilíngue, mas que inicialmente não obteve os resultados esperados. A implantação da escola não promoveu a manutenção da língua indígena, no entanto, algumas atividades de manutenção da língua Parkatêjê estão sendo realizadas. Araújo (comunicação pessoal) comenta que:

A escola, da SEDUC, do maternal à oitava série, é em língua portuguesa. Ultimamente tenho andado distante, mas, do que sei, o parkatêjê tem aulas específicas, mas a Escola tem conseguido manter um trabalho sistemático de uso da língua e transmissão de informações culturais parkatêjê. A par disso, na

própria comunidade está havendo uma iniciativa de ensinar cantos tradicionais às crianças.

Apesar de a escola ensinar o português, já que a maioria fala o português, têm-se iniciativas que buscam valorizar aspectos culturais na tentativa de amenizar o deslocamento linguístico vivenciado por aquela comunidade. Muitos indígenas estudam em cursos de ensino superior e são os principais incentivadores das práticas de revitalização.

Segundo Zimmermann (2002), entre todas as medidas necessárias para a valorização da cultura indígena, a escola bilíngue e intercultural é uma proposta possível que garante a manutenção da língua nativa. Dreyer (2008) aponta que:

Existem hoje no país aproximadamente 414 mil índios, distribuídos em 220 grupos, que falam cerca de 180 diferentes línguas e representam apenas 0,24% da população brasileira. De acordo com o Censo Escolar, há atualmente cerca de 7 mil professores nas 2.079 escolas indígenas, sendo 85% deles de origem indígena, atendendo 147 mil estudantes, a maioria no Ensino Fundamental. Dessas escolas, 24 oferecem também o Ensino Médio, e apenas sete têm laboratórios de informática. (p.01)

Segundo Rodrigues (em comunicação pessoal, 2012) em relação à escolarização dos Xipayas, como durante muito tempo viveram na cidade de Altamira (PA), os estudantes frequentavam a escola regular com programa nacional unificado, aprendendo português, sem nenhuma referência à cultura indígena. Hoje, com a mudança para a aldeia Cajubim, tem-se uma escolinha para o ensino da língua Xipaya, mas que ainda não iniciou nenhum trabalho, o espaço serve apenas como local de encontro da comunidade.

As propostas para que a escola indígena seja intercultural e bilíngue permitem que este tipo de educação promova a troca de conhecimento, com o intuito de estimular o entendimento e o respeito a outras culturas, diminuindo a desigualdade entre os diferentes povos. Assim, a comunidade indígena terá que intervir e participar ativamente na formulação de planos e objetivos da educação, aprimorando a escola como um espaço próprio ligado aos seus interesses e necessidades, para que ela possa cumprir um papel ativo nas comunidades indígenas e proporcione aos indígenas os conhecimentos linguísticos, culturais e técnicos provenientes da sociedade brasileira.

Segundo Brostolin (2000) o objetivo da escola é a conquista da autonomia socioeconômica e cultural dos povos indígenas, e uma oportunidade de elaborar seus próprios materiais didáticos, de acordo com as suas necessidades. Entende-se desta forma,

que a escolarização que não atende aos objetivos de reavivamento e manutenção da língua minoritária é um fator crucial para o seu apagamento.

### 3.3 Migração

Diante da situação de perda linguística que se tem constatado em comunidades indígenas, identificamos a migração como uma variável extralinguística que pode atuar para a manutenção ou desvitalização da língua nativa. A migração ocorre tanto da aldeia para a cidade, quanto da cidade para a aldeia.

Na reserva Anambé, Julião (comunicação pessoal) afirma que os poucos indivíduos que ainda residiam na área indígena sobreviviam na base da troca e da venda da farinha. Com a ida cada vez mais frequente para a cidade “algumas famílias abandonaram a área e passaram a morar na cidade de Mocajuba” e muitas atividades culturais foram sendo deixadas de lado. Ainda de acordo com a pesquisadora, em relação à sobrevivência na reserva, pode-se afirmar que:

... na época das primeiras viagens de campo, constatei que o dinheiro circulava muito pouco na comunidade, geralmente proveniente da venda de farinha em Mocajuba. Alguns gêneros alimentícios eles adquiriam por meio de trocas com os “marreteiros” e com outros moradores das margens do rio Cairari. O dinheiro passou a circular um pouco mais com algumas aposentadorias dos índios mais velhos pelo Funrural. Mais recentemente foi introduzida a bolsa escola.

O que tem acontecido com muita frequência é o abandono das terras pelos indígenas e esta migração não acontece ao acaso. As principais razões que fazem os indígenas migrarem para a cidade, conforme Lidório (2012) são as seguintes:

- (1) Busca por educação formal em português;
- (2) Proximidade de uma melhor assistência à saúde;
- (3) Acesso a produtos assimilados (especialmente roupas, alimentos, entretenimento e álcool);
- (4) expectativa de melhor subsistência.

Van der Voort (comunicação pessoal) afirma que hoje a maioria das reservas são espaços delimitados para a sobrevivência dos indígenas, mas que não oferecem condições dignas de sobrevivência social, política, econômica e cultural. Em relação às reservas no Estado de Rondônia, entre elas a reserva em que estão os Aikanã, VOORT (comunicação

peçoal) afirma que são “reservas pequenas que não possuem mais uma faixa de terra contínua que possam utilizar para a caça” e por serem grupos pequenos e isolados, após algumas gerações não conseguem casar dentro da etnia, então tem que casar com outro índio ou com branco.

A migração para a cidade não passa a ser uma escolha e sim uma necessidade. Pereira (2011) aponta a importância da terra para a estrutura sociocultural dos indígenas, pois as questões relacionadas às terras indígenas nos permitem compreender a realidade sociocultural dos povos indígenas, *visto que para eles suas manifestações culturais, tradições, relações familiares e sociais estão intrinsecamente ligadas à terra.* (p.174). Há uma mudança social e cultural na vida da comunidade indígena que não tem mais a terra como fonte de sobrevivência. Os costumes e a vida diária são adequados à nova realidade que se configura atualmente, na cidade.

A migração com os Xipaya aconteceu de forma diferente, esses indivíduos resolveram sair da cidade para morar em aldeia. Para Rodrigues (comunicação pessoal) esta é uma situação muito particular, pois a comunidade que se autodenomina Xipaya resolve morar em aldeia com o intuito de buscarem autoafirmação identitária. A aldeia foi chamada de Cajubim e nessa comunidade estão os descendentes Xipaya e Curuaya, mas a maioria dos indígenas, apesar de terem algum conhecimento em Curuaya e serem descendentes de Curuaya, se autodenomina Xipaya.

Rodrigues (comunicação pessoal) afirma que a decisão de morar em aldeia partiu de um neto de Maria Xipaya que deseja muito falar a língua e resgatar a cultura tradicional. A figura de Maria Xipaya é muito forte e a única referência indígena que os assegura. A aldeia representa uma tentativa de reorganização social dos indígenas incluindo a possibilidade de reverter o processo de perda linguística e cultural.

A falta de estrutura para o ensino da língua tradicional acaba forçando os indígenas a migrarem para a cidade em busca de educação formal. O mesmo acontece quando a reserva indígena não oferece meios de sobrevivência física e cultural, direcionando a vida diária da comunidade de acordo com a sociedade envolvente. E conseqüentemente, quando esses fatores operam juntos mostram uma realidade cruel que é a perda de funcionalidade da língua indígena pela valorização da língua portuguesa, as atitudes dos falantes para com a sua língua passam a esboçar sentimentos de inferioridade.

Com o reconhecimento das macrovariáveis que influenciam a perda de vitalidade de línguas estudadas, na próxima seção classificamos as línguas indígenas selecionadas quanto ao grau de ameaça de extinção em que se encontram.

### **3.4 Contexto de ameaça**

A situação de conflito linguístico aponta para a emergência de ações efetivas que identifique fatores e busque medidas que reconheçam a necessidade e funcionalidade de ambas às línguas que coexistem em uma mesma comunidade de fala. Para Maia (2006), por mais se faça uma política linguística em favor da valorização de línguas minoritárias, as chances de sobrevivência dessas línguas depende essencialmente de seus falantes, do compromisso em buscar a valorização da sua comunidade, resgatando o status social da língua que está se perdendo pelo contato com outro idioma de maior prestígio social e político.

Pensando nisso, classificamos as línguas em estudo considerando a preocupação da comunidade em restaurar domínios perdidos pela língua indígena. Com base nos nove fatores elencados pelo relatório da UNESCO (2003), já apresentado no capítulo anterior, formulamos situações de ameaça, mas levando em consideração a resistência da comunidade em recuperar o status da língua indígena.

Não desmerecendo a classificação de Kinkade (1991), Fishman (1991), Edward (1992), Hale (1998), Hinton (2001), Monseley (2009) entre outros que categorizaram tipos de ameaças de língua e que nos deram base para, no presente, classificarmos as línguas em estudo. Observamos que a situação das línguas indígenas brasileiras é muito particular e merece uma classificação distinta das que se apresentam nos estudos acima referidos, uma vez que se deve considerar a sua realidade. Classificar essas línguas apenas pela situação de ameaça sem reconhecer o esforço de muitos grupos indígenas em revitalizar seu idioma, que há muitos anos vem sofrendo os impactos da globalização e da sociedade envolvente, é desconsiderar a importância das línguas indígenas para o patrimônio linguístico e cultural que representam.

Desta forma, classificamos as línguas indígenas em estudo, em quatro situações:

- Extinta - caracterizada pela língua Anambé

Pode ser classificada como *extinta*, pois esta língua deixou de ser falada pela comunidade e não há iniciativas para que a língua indígena esteja presente em algum



domínio; a transmissão intergeracional inexistente e os idosos apenas lembram palavras soltas da língua.

- Quase extinta - caracterizada pela língua Xipaya

Não há transmissão intergeracional da língua indígena. Apesar de uma parcela da comunidade buscar alternativas de resgate da língua, nesta comunidade só tem uma falante, D. Maria Xipaya, que sente vergonha de falar a língua indígena.

- Ameaçada com perspectiva de manutenção - caracterizada pelas línguas Aikanã e Apurinã

A transmissão da língua Aikanã ainda acontece em algumas comunidades, uma boa parcela da geração mais velha desta etnia ainda fala a língua tradicional e incentiva atividades culturais. No entanto, nada se faz de concreto para que a transmissão aconteça entre as gerações ou que a língua permaneça em domínios tradicionais.

A língua Apurinã encontra-se na mesma situação de não transmissão da língua de forma efetiva, raramente em uma ou outra comunidade observa-se a fala em língua indígena e na maioria das vezes entre idosos. Foi elaborado um material didático para o ensino da língua<sup>7</sup>, mesmo sem haver um trabalho contínuo de transmissão e aprendizagem da língua indígena.

- Ameaçada com manutenção - caracterizada pela língua Parkatêjê.

Entendemos que neste contexto a língua indígena sofre os impactos da presença de outra língua, mas o uso da língua indígena resiste em alguns domínios<sup>8</sup> e concomitantemente com a língua majoritária. A transmissão é presente e os valores culturais estão bem mais arraigados com a questão da identidade do povo. Não há ações efetivas, sistemáticas e contínuas de preservação linguística e cultural, mas a comunidade tem-se preocupado muito com tais questões, buscando formas para realizar tais atividades.

A seguir apresentamos a situação sociolinguística das línguas Anambé, Aikanã, Apurinã, Parkatêjê e Xipaya com base nas informações cedidas nas entrevistas dos pesquisadores que atuam com essas línguas; na observação das macrovariáveis

---

<sup>7</sup> Duarte (2009, p. 141) descreve um material didático pedagógico que pode ser usado tanto por adultos como por crianças. Contudo, sabe-se que ao direcionar este material às crianças, é necessário adaptações. Tem-se duas versões do material, uma direcionada aos alunos e outra para uso dos professores.

<sup>8</sup> A língua Parkatêjê ainda é falada nas cerimônias tradicionais, no ensino da língua, na igreja...

identificadas nas línguas selecionadas e de outras fontes que permitiram classificarmos estas línguas com base nos nove fatores elencados pela UNESCO (2003) para avaliar a vitalidade de uma língua.

### 3.4.1 Situação sociolinguística do Anambé

A situação sociolinguística da língua anambé é extremamente preocupante, pois desde 1980 sua população vem decrescendo. Podemos, hoje, visualizar a seguinte situação:

Quadro 20: Situação sociolinguística da língua Anambé segundo critérios apontados pela UNESCO (2003)

<b>Crítérios</b>	<b>Extinta</b>
Transmissão da língua	Não há transmissão da língua pelas gerações.
Número absoluto de falantes.	Não há falantes, apenas lembradores <sup>9</sup> .
Proporção de falantes	Poucos lembram a língua.
Tendências de domínios da língua	A língua não está presente em nenhum domínio.
Resposta a novos domínios e mídia	Não há resposta a novos domínios.
Ensino de língua e alfabetização.	Não há materiais didáticos pedagógicos para o ensino da língua.
Políticas governamentais	Favorece a assimilação da língua portuguesa.
Atitudes	São indiferentes com a realidade de perda.
Documentação da língua	Há material escrito sobre a língua.

A língua Anambé não está mais sendo usada pela comunidade e nem transmitida às outras gerações. Em 1948, um antropólogo do Museu Emilio Goeldi, identificou que a população que estava localizada às margens do rio Cairari somavam 32 pessoas e que possuíam relações muito estreitas com a população regional. Posteriormente, em 1968, quando o pesquisador Arnaud (1969) voltou à área para fazer um levantamento etnográfico percebeu um decréscimo da população Anambé:

Somam agora 19 pessoas, sendo 11 homens (6 acima de 15 anos, 5 abaixo) e 8 mulheres (7 acima de 15 anos, e 1 abaixo). Dos indivíduos que havíamos registrado em nossa primeira viagem sobrevivem apenas 4 homens e 5 mulheres (p. 2).

Em 1988, quando Julião (comunicação pessoal) iniciou a pesquisa com essa etnia, muitos idosos já não falavam a língua, apenas lembravam algumas frases, palavras soltas, conforme já mencionado anteriormente neste trabalho. Segundo esta pesquisadora, a situação dos últimos anos foi se agravando.

<sup>9</sup> Lembradores são as pessoas que não tem domínio na língua, pois apenas se lembram de algumas palavras e frases. (Viegas, 2010).

Segundo Arnaud (1969) muitas atividades culturais já não eram mais realizadas, como: (i) o caixiri, bebida a base da fermentação da mandioca há muito já não faziam; (ii) os enterramentos aconteciam no cemitérios dos brasileiros, sem cerimônias tradicionais; (iii) os índios dançavam com promiscuidade com os brancos na cidade de Mocajuba, entre outras atividades. Os índios estavam tão misturados com os regionais que dificilmente poderiam se diferenciar, a não ser em raras exceções em que os índios utilizavam algum adorno, em situação muito particular.

Julião (comunicação pessoal) salienta ainda, que não chegou a realizar nenhum projeto de revitalização da língua, o que pode afirmar é que:

Durante certo tempo se apresentaram em Moju, na Semana do índio ou no 7 de setembro, usando adereços que alguns aprenderam a confeccionar com outros índios durante permanência, sobretudo, na casa do índio, em Belém. Na escola, havia um professor de cultura que ensinava a confecção de adereços, contava a história do grupo.

De acordo com Nettle e Romaine (2000), a língua que deixa de ser transmitida para as crianças tende a se tornar obsoleta e desaparecer. Assim, entendemos que a obsolescência linguística acontece quando uma língua deixa de ter funcionalidade dentro de uma comunidade de fala.

Apesar de os dados da UNESCO (2009) apresentarem a língua Anambé em situação crítica de ameaça, esta língua já deixou de ser falada há bastante tempo. Para Julião (comunicação pessoal) “hoje, pode-se dizer que a língua anambé é uma língua morta” e que não há perspectivas de transmissão, pois “em 1989 não havia mais monolíngues em anambé. Todos, com mais ou menos proficientes, usavam o português. E não houve casos de não índios que, casados com anambé, tivessem aprendido a língua” (em comunicação pessoal)

Alguns trabalhos sobre a língua foram publicados, tais como:

- ARNAUD, E; GALVÃO, E. Notícias sobre os índios Anambé (Rio Cairari, Pará). Boletim do MPEG. 1969.
- JULIÃO, Maria Risoleta Silva. Reflexões paralelas ao trabalho de campo entre os Anambé. Belém: s.ed, 1991. 75-80 p. (Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas).

- JULIÃO, M.R.S. Língua dos índios do rio Cairari (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará. 1993.
- \_\_\_\_\_. Aspects morphosyntaxiques de l'anambé. Université de Toulouse II - Le Mirail, UTM, França. Thèse ( Doctorat en Linguistique). 2005.
- \_\_\_\_\_. L'expression de personne en Anambé du Cairari. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 2, p. 99- 113. 2010.
- GOMES, J.V. Indígenas Amanayé e Anambé do Pará: relatório. Boletim do Museu do Índio, Rio de Janeiro. 1997.
- OESSELMANN, Dirk. Encontros transculturais: sua importância para pensar e agir democrático de educadores(as) numa comparação internacional . Belém: Unama. 2010.

O contexto que a língua Anambé se tornou obsoleta e conseqüentemente desapareceu da vida dos membros desta etnia foi marcado por uma série de conflitos linguísticos, religiosos, agrários e culturais. Hoje, as marcas destes conflitos deixam mais um povo perdido em meio à cultura da sociedade envolvente. A necessidade de sobrevivência dos indígenas ocasionou a situação atual da língua Anambé, uma língua morta.

### 3.4.2 Situação sociolinguística do Xipaya

O contexto em que a língua Xipaya se tornou ameaçada de extinção não é novidade nas comunidades indígenas. O contato intenso com a população não índia, a necessidade de sobrevivência que obrigava ao indígena se submeter a trabalhos os mais diversos, é muito comum na maioria das histórias de contato dos indígenas com a sociedade envolvente.

A situação sociolinguística da língua Xipaya pode ser resumida da seguinte forma, como se mostra no quadro:

Quadro 21: Situação sociolinguística da língua Xipaya segundo critérios apontados pela UNESCO (2003)

<b>Crítérios</b>	<b>Quase extinta com perspectiva</b>
Transmissão da língua	Não há transmissão da língua indígena.
Número absoluto de falantes.	Quatro idosos com graus de fluência distintos.
Proporção de falantes	?
Tendências de domínios da língua	Domínio extremamente restrito à conversas com Maria Xipaya.
Resposta a novos domínios e mídia	Não há resposta a novos domínios.
Ensino de língua e alfabetização.	Não há material didático para o ensino da língua.

Políticas governamentais	Favorece a assimilação da língua portuguesa.
Atitudes	Uma parcela da comunidade busca resgatar a língua. Enquanto que o restante é indiferente a situação de perda.
Documentação da língua	Há material escrito sobre a língua.

De acordo com Rodrigues (comunicação pessoal) não há transmissão da língua porque Maria Xipaya não se sente a vontade em falar na língua Xipaya para seus filhos e netos. E nesse conflito familiar<sup>10</sup>, as gerações estão cada vez mais imersas na cultura não índia.

O fato da língua Xipaya não ser transmitida a ninguém e a comunidade somente tem conhecimento de algumas palavras e cantos tradicionais são dois fatores que colocam esta língua em situação crítica de extinção. Mas, devemos considerar que a comunidade, que é composta por descendentes de Xipaya e Kuruaya, estão procurando preparar um ambiente para a manutenção da língua. Voltaram a morar em aldeia, visam uma nova organização social e cultural buscando alternativas de reavivar cantigas, cerimônias tradicionais e uma pequena escola (mesmo sem funcionamento) está sendo montada com a esperança que algum indígena esteja disposto a estudar a língua e repassá-la para a comunidade.

A língua Xipaya já foi classificada como extinta alguns anos atrás. Atualmente, a comunidade busca alternativas de reconstrução da língua e de valores culturais perdidos no decorrer dos anos de contato intenso com a cultura majoritária. Para Nettle e Romaine (2000), a revitalização linguística em contextos minoritários não depende tão somente do pesquisador em documentar a língua, mas também, recuperar extratos de um idioma e consequentemente traços culturais que se perderam em decorrência do contato.

Em relação aos materiais escritos sobre a língua podemos destacar os trabalhos de:

- RODRIGUES, C. L. R. *Langue Xipaya: étude phonologique*. Dissertação (Master en linguistique)-U. F. R. Lettres, Arts et Cinéma. Université Paris VII. 1990.
- RODRIGUES, C. L. R. *Etude morphosyntaxique de la langue Xipaya (Brésil)*. Thèse (Doctorat en Linguistique)- U. F. R. Lettres, Arts et Cinéma, Université Paris VII. 1995.

---

<sup>10</sup> Considero conflito familiar, pois os filhos e netos querem provar para Maria Xipaya que a língua pode ser novamente usada pela população. No entanto, a única informante fluente, apoia a iniciativa, mas não faz nada para que o projeto de transmissão da língua siga em frente.

- PATRÍCO, M. Índios de verdade: o caso dos Xipaya e Curuaia (Dissertação de Mestrado- UFPA). 2000.
- SIMONI, A.T; DAGNINO, R.S. População indígena e Território na Amazônia brasileira: estudo de caso da população Xipaya no município de Altamira, Pará. 2012.
- GOMES, A.S. Estudo comparativo de aspectos morfossintáticos em línguas Tupí. (Dissertação de Mestrado – UFPA). 2007.

Com o intuito de incentivar o uso da língua Xipaya, Rodrigues (comunicação pessoal) realizou oficinas de ensino da língua com auxílio de Maria Xipaya. Utilizando uma lista de palavras tentou estimular a comunidade e a própria informante o quanto é importante o conhecimento da língua. Mas, as oficinas somente aconteciam com a presença da pesquisadora. Ainda, de acordo com a pesquisadora, a falta de uma pessoa que os direcione nas atividades de ensino da língua é uma das grandes dificuldades desta comunidade. Diante da situação da língua Xipaya, a proposta de atividade de ensino da língua tradicional é a única alternativa que resta para esta comunidade.

### 3.4.3 Situação sociolinguística do Aikanã

A situação de uso da língua Aikanã é extremamente preocupante, pois não há transmissão da língua pelas gerações. De acordo com Van der Voort (2007) muitos idosos – que são os indivíduos ainda fluentes na língua – estão morrendo. Assim, o contexto sociolinguístico da língua Aikanã encontra-se da seguinte maneira:

Quadro 22: Situação sociolinguística da língua Aikanã segundo critérios apontados pela UNESCO (2003)

<b>Critérios</b>	<b>Ameaçada com perspectiva</b>
Transmissão da língua	Apenas algumas famílias ainda transmitem a língua.
Número absoluto de falantes.	Apenas alguns idosos e adultos falam a língua de um total de aproximadamente 200 indivíduos.
Proporção de falantes	Apenas quatro ou cinco falantes monolíngues.
Tendências de domínios da língua	Domínios extremamente restritos ao contexto familiar.
Resposta a novos domínios e mídia	Não há resposta a novos domínios.
Ensino de língua e alfabetização.	Não há ensino na língua indígena.
Políticas governamentais	Favorece a assimilação do português.
Atitudes	Poucos incentivam a manutenção da língua, enquanto a maioria é indiferente ao uso da língua.
Documentação da língua	Há pouco material sobre a língua

Para Van der Voort (2007) a situação da língua Aikanã reflete o intenso contato destas comunidades com a sociedade envolvente. São aproximadamente 200 indivíduos divididos em 30 comunidades e desse total, apenas quatro ou cinco indígenas são fluentes na língua. De acordo com o indígena Kassupá (2011), o histórico deste grupo é marcado pela desestruturação social em decorrência principalmente do remanejamento forçado das terras tradicionalmente ocupadas. Como a língua não tem uma transmissão tão efetiva, a língua portuguesa presente na escola e nas relações comerciais, passou a ocupar quase todos os domínios da língua tradicional.

Os Aikanã sabem da necessidade de manutenção da língua, e conseqüentemente das tradições culturais, como Van der Voort (2007) afirma:

The Aikanã lament this situation, but they do not know how to go about preserving and revitalising their heritage under the cultural pressure from the Western world. There are two or three elderly women who can sing the old songs in the ritual varieties of the language<sup>11</sup>.

Os Aikanã não sabem como preservar a língua diante das pressões da vida moderna. As dificuldades da vida na reserva e a não transmissão da língua são os principais entraves para que a manutenção da língua ocorra. No entanto, Kassupá (2011, p.06) aponta que o povo Aikanã ainda possui um conhecimento cultural demonstrado na festa da menina moça e do rapaz formado. As músicas cantadas pelos homens e mulheres, as bebidas tradicionais como a “chicha de mandioca, de milho mole, além da fabricação de artesanatos e valorização da medicina tradicional” mantém viva uma história que está ficando esquecida em meio há tantas costumes não indígenas.

Van der Voort (2007) aponta que as pesquisas com a língua Aikanã ainda são poucas, há muito para se descrever sobre esta língua, não há projetos de revitalização, então a língua se perde em ritmo acelerado. Entre os trabalhos que tratam sobre a língua Aikanã podemos citar:

- HARVEY, C. Aikana fieldnotes. Berkeley, Biblioteca da Universidade da California (Manuscrito). 1984.

---

<sup>11</sup> Os aikanã lamentam a situação, mas não sabem como preservar e revitalizar a sua herança cultural diante das pressões do mundo ocidental. Há duas ou três mulheres idosas que podem cantar as músicas dos rituais na língua. (tradução minha)

- HARVEY, C. Aikana phonology. FUNAI (Manuscrito). 1984.
- VASCONCELOS, I.P. Aspectos da fonologia e morfologia da língua Aikanã. Maceió. (Tese de Doutorado). 2002.
- van der VOORT, H. A grammar of Kwazá: a description of an endangered and unclassified indigenous language of Southern Rondonia, Brasil. (Tese de Doutorado). 2002.
- van der VOORT, H. Theoretical and social implications of language documentation and description on the eve of destruction in Rondônia. 2007.

A situação da língua Aikanã requer uma proposta de revitalização que fortaleça a língua materna que não está sendo transmitida e estimule a manutenção dos saberes tradicionais. A língua Aikanã, na maioria das vezes, está submetida a um segundo plano, pois os indivíduos utilizam ou a língua portuguesa ou o Djeoromitxi que é ensinado na reserva mais próxima. Enquanto que o uso da língua Aikanã se dá em contextos familiares muito restritos.

Van der VOORT (comunicação pessoal) salienta que os idosos reclamam das atitudes dos mais jovens que “entre si falam português, mesmo que não precise”. O ponto principal é incentivar o ensino da língua Aikanã, nas escolas e o seu uso na comunidade.

Em uma proposta de reavivamento da língua, os cantos tradicionais, que ainda podem ser ensinados pelos anciãos, servirão de material pedagógico para o ensino da língua. A comunidade indígena terá que intervir e participar ativamente na formulação de planos e objetivos, aprimorando a escola como um espaço próprio ligado aos seus interesses e necessidades, para que ela possa cumprir um papel ativo na comunidade e proporcione aos indígenas os conhecimentos linguísticos e culturais tradicionais e da sociedade envolvente.

A comunidade Aikanã tem consciência da necessidade de revitalização, precisam de apoio e incentivo para que suas crenças e tradições não se percam. Para isso, as atividades de revitalização devem reconhecer que são comunidades espalhadas pelo Estado de Rondônia, com diferentes graus de transmissão da língua e de repasse de conhecimentos culturais indígenas. Além de enfatizar a alfabetização dos mais jovens utilizando um material pedagógico elaborado com auxílio da comunidade, de acordo com a sua realidade social.



### 3.4.4 A situação sociolinguística do Apurinã

A língua Apurinã encontra-se em situação de ameaça, pois seus falantes já não a utilizam em todos os domínios. Em relação à existência de monolíngues em língua indígena, Facundes (comunicação pessoal) comenta que “apenas poucas pessoas bem idosas em uma ou outra comunidade, além de uma família um tanto arredia que vive afastada das comunidades” podem apresentar alguma fluência na língua.

Assim, a situação sociolinguística da língua Apurinã pode ser descrita da seguinte maneira:

Quadro 23: Situação sociolinguística da língua Apurinã segundo critérios apontados pela UNESCO (2003)

<b>Crítérios</b>	<b>Ameaçada com perspectiva</b>
Transmissão da língua	Não há transmissão da língua pelas gerações.
Número absoluto de falantes.	A língua é falada por alguns indivíduos da geração mais velha.
Proporção de falantes	Apenas uma parcela da geração mais velha e de adultos fala a língua tradicional.
Tendências de domínios da língua	A língua indígena é usada em domínios restritos à cerimônias tradicionais e à algumas atividades de revitalização.
Resposta a novos domínios e mídia	Há pouca resposta a novos domínios.
Ensino de língua e alfabetização.	O ensino praticamente inexistente, somente em uma ou outra comunidade que utiliza um material pedagógico na língua tradicional.
Políticas governamentais	Favorece o uso da língua portuguesa.
Atitudes	Uma parcela da população incentiva o uso da língua indígena, enquanto que o restante é indiferente com a situação.
Documentação da língua	Há materiais escritos e gravados, cartilhas, entre outros.

Como não há transmissão intergeracional da língua nativa e em geral nas escolas o uso do português é efetivo, a língua Apurinã está cada vez mais restrita a poucos domínios. Segundo Pereira (2007), a população Apurinã soma aproximadamente 2000 indivíduos. Destes 2000 indígenas, muitos moram fora das reservas, o que dificulta ter uma informação precisa sobre o número total.

Nos últimos 10 anos a situação tem se agravado. Na comunidade de Tumiã, onde quase todos até recentemente eram monolíngues em Apurinã, muitos têm morrido de malária e o contato com outros povos tem aumentado; além disso,

muitos têm deixado sua comunidade para viver nas cidades, iniciando um processo de substituição de Apurinã por Português.(p.12)

Em relação à educação, não há ações que favoreçam o uso do Apurinã, pois a língua dominante na maioria das comunidades é o português. Duarte (2009) afirma que muitas vezes, o repasse dos conhecimentos da língua fica sob a responsabilidade da escola e não dos indígenas mais fluentes.

[...] Os mais velhos quando indagados porque esses conhecimentos não são mais repassados aos mais novos, dizem que não possuem uma estrutura adequada, ou seja, a escola, e nem materiais didáticos que os auxiliem nesse resgate e na revitalização dessas práticas.

Em relação a documentação e descrição da língua apurinã, já foi elaborado uma gramática preliminar, dois dicionários e alguns materiais didático pedagógicos. Entre os trabalhos já publicados sobre esta língua temos:

- FACUNDES, S. Noun Categorization in Apurinã (Maipure), Mestrado em Linguística. University of Oregon, UO, Estados Unidos. 1994.
- \_\_\_\_\_. The language of the Apurinã People of Brazil (Tese de Doutorado). 2000.
- \_\_\_\_\_. Estratégias de Relativização em Apurinã (Aruák). Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas, v. 1, p. 71-85, 2006.
- \_\_\_\_\_. Productive compounding and noun classification systems: A case study in Apurinã (Arawak). Revista Virtual de Estudos da Linguagem, v. 3, p. 1-24, 2009.
- BRANDÃO, Ana Paula; FACUNDES, Sidney. (2007). Estudos Comparativos da Fauna e Flora Aruák. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas, v. 2, p. 109-131. 2007.
- CHAGAS, A. Aspectos semânticos, morfológicos e morfossintáticos das palavras descritivas apurinã (Dissertação de Mestrado- UFPA). 2007.
- PEREIRA, Erica. Variação em apurinã: aspectos linguísticos e fatores condicionantes. (Dissertação de Mestrado- UFPA). 2007.
- DUARTE, Eládia. Concepção e elaboração de materiais de ensino para povos indígenas: o caso apurinã. (Dissertação de Mestrado- UFPA). 2009.

Podemos perceber que há bastante material escrito sobre a língua Apurinã e um material didático que auxilia no ensino da língua. Este é um ponto muito importante, pois Moore, Galúcio e Gabas Jr. (2008<sup>12</sup>) apontam que todo material produzido na língua indígena aumenta o prestígio da mesma e garante à geração mais jovem um recurso de aprendizagem da língua.

Assim, os livros didáticos produzidos em língua indígena é uma ferramenta importante de manutenção da língua nativa, pois contribui para a valorização desta língua perante a comunidade de fala. Aliado á uma política de estimulação de uso da língua Apurinã para que a comunidade sinta a necessidade de revitalização do idioma.

### 3.4.5 A situação sociolinguística do Parkatêjê

A língua Parkatêjê, assim como a maioria das línguas indígenas, está em perigo de extinção, fatores linguísticos e extralinguísticos intensificam ainda mais o processo de perda linguística do Parkatêjê como língua materna pelo seu povo. Diante desta realidade de perda da vitalidade podemos caracterizá-la da seguinte maneira:

Quadro 24: Situação sociolinguística da língua Parkatêjê segundo critérios apontados pela UNESCO (2003)

<b>Crítérios</b>	<b>Ameaçada com manutenção</b>
Transmissão da língua	Não há transmissão da língua tradicional para as crianças.
Número absoluto de falantes.	Apenas alguns idosos e adultos falam a língua de um total de aproximadamente 400 indivíduos.
Proporção de falantes	Apenas 9% falam a língua indígena.
Tendências de domínios da língua	A língua é utilizada em domínios muito restritos e geralmente por apenas uma parcela da população.
Resposta a novos domínios e mídia	A resposta é receptiva, pois a comunidade busca alternativas de manutenção registrando tradições culturais em meio escrito, áudio e vídeo.
Ensino de língua e alfabetização.	O ensino se dá em português aliada à algumas atividades em língua indígena.
Políticas governamentais	Favorece a assimilação do português, mas têm-se o ensino da língua indígena na aldeia.
Atitudes	Muitos membros da comunidade incentivam a manutenção da língua, enquanto que outros são indiferentes com a realidade de perda.

<sup>12</sup> O texto dos autores citados foi retirado de um site na internet não contendo número de páginas. Dessa forma toda referência ao texto será feita através do ano.

Documentação da língua	Há bastante material escrito, em áudio e vídeo sobre a língua.
------------------------	--

Para Ferreira (2005) esta língua apresenta indícios de perigo de extinção, pois as crianças já não aprendem a língua nativa, em detrimento do aprendizado do português. A língua Parkatêjê é falada por apenas 10% da população de aproximadamente quatrocentas pessoas. De acordo com Araújo (comunicação pessoal) não há muitos monolíngues em Parkatêjê:

Que eu conheça e possa assegurar, tem apenas um velho que se pode dizer ser monolíngue, embora haja uns poucos que se expressam entre si preferencialmente em parkatêjê, mas, em contato com kupê<sup>13</sup> ensaiam a comunicação em português.

A introdução da língua portuguesa não se deu aleatoriamente, três principais fatores como apontadas por Araújo (2008) são responsáveis pela facilidade de inserção da língua portuguesa na vida dos Parkatêjê, tais como: (i) na década de 60, a construção da rodovia BR 222 que cortou seu território e uniu a cidade de Marabá à rodovia Belém-Brasília; (ii) a década de 70, o decreto que autorizou a Eletronorte a instalar linhas de transmissão que atravessava a reserva e ligava a cidade de Marabá (PA) à cidade de Imperatriz (MA); e (iii) a introdução do uso da televisão. A pesquisadora ainda comenta:

Todas essas interferências aumentaram o contato com o *kupe* e, necessariamente, impuseram a presença sempre maior da língua portuguesa, depreciando o uso da língua tradicional, percebida como insuficiente para os novos relacionamentos que se estabeleciam.

A agressão à língua, que vinha se dando pelo entorno, caracteriza-se então pela presença de um aparelho de TV, que à noite, ligado por uma longa extensão à casa do chefe, era posto no centro do pátio, *kà*, tradicional espaço de reunião dos velhos e fascinava crianças e adultos.

No entanto, a comunidade Parkatêjê está confiante nas propostas de revitalização da língua e conscientes da necessidade de preservação da cultura como instrumento de fortalecimento da identidade étnica de seus falantes. Segundo Araújo (2008), a comunidade manifesta interesse em manter certos costumes que guardam a memória dos antepassados.

---

<sup>13</sup> Kupê é o nome designado para estrangeiros, qualquer pessoa que não é índio.

[...] ainda que alguns dos jovens já tenham concluído cursos universitários, a comunidade continua fazendo todo o ciclo ritual usando pintura corporal, dançando e cantando na língua tradicional. E compartilham a ideia de que livros e discos assegurem às gerações futuras o acervo cultural.

Atualmente, a língua Parkatêjê assume um papel social e está intimamente relacionada com a necessidade de reafirmação identitária. Com assessoria de Leopoldina Araujo e Marília Ferreira, a comunidade, em 2011, lançou um livro intitulado “*Isto pertence ao meu povo*”. Este livro representa uma mudança na vida desta comunidade que busca uma alternativa de manutenção cultural. Araújo (em comunicação pessoal) comenta que:

Vive-se, neste momento – e há algum tempo, de fato – a consciência da necessidade de revitalização da língua e da cultura, com ensino de cantos tradicionais, formação de novos cantadores e retomada da nomeação tradicional. A despeito disso, não vejo a possibilidade de retomada integral do uso linguístico dos antigos, mas são passos no sentido de fazer face à ameaça de desaparecimento completo do idioma tradicional.

No que se referem aos materiais escritos sobre a língua Parkatêjê, vários trabalhos têm sido publicados com o intuito de documentar e descrever esta língua. Podemos destacar:

- ARAÚJO, L. Semântica gerativa da língua gavião-jê. Dissertação de Mestrado. UFSC. 1977.
- \_\_\_\_\_. Fonologia e grafia da língua da comunidade parkatejê (timbira). In: SEKI, Lucy (Org.). Linguística indígena e educação na América Latina. Campinas : Unicamp, 1993. (Coleção Momento).
- \_\_\_\_\_. Aspectos da Língua Gavião Jê. Rio de Janeiro (Tese de Doutorado). 1989.
- \_\_\_\_\_. “Parkatêjê X Português: caminhos de resistencia.” IX Congresso Internacional da “Brazilian Studies Association” ([www.brasa.org](http://www.brasa.org)), Tulane University. New Orleans, Louisiana, Estados Unidos. 2008.
- ARNAUD, Expedito. O comportamento dos índios Gaviões de Oeste face à sociedade nacional. Publicado originalmente no Boletim do MPEG, Antropologia, Belém, v. 1, n. 1, p. 5-66, jun. 1984.
- FERRAZ, I. De "Gaviões" à "Comunidade Parkatejê " : uma reflexão sobre processos de reorganização social. Rio de Janeiro (Tese de Doutorado). 1998.

- Os índios Parkatejê 30 anos depois. In: MARTINS, José de Souza (Org.). O massacre dos inocentes : a criança sem infância no Brasil. São Paulo : Hucitec, 1991. p. 21-35. (Ciências Sociais)
- FERREIRA, M. Estudo morfossintático da língua Parkatêjê. Campinas. São Paulo. (Tese de Doutorado). 2003.
- FERREIRA, M. Descrição de aspectos da variante étnica usada pelos parkatêjê. DELTA 21(1): 1-21. 2005.
- FERREIRA, M. Contato entre línguas, perda linguística e identidade étnica: notas sobre o povo parkatêjê. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras, linguística e suas interfaces no 40, p. 239-247, 2010
- FERREIRA-SILVA, M.N.;NEVES,C.L. Alternância de Códigos em Parkatêjê. Revista Papia 21. n.1, p.113-122. 2011.
- FERREIRA, M.; NEVES, C. Descrição de narrativas orais do povo parkatêjê: aspectos do texto pyt me kaxêr. 2011.

Para Monserrat (2006), o maior desafio de um projeto de manutenção de uma língua consiste em demonstrar às comunidades indígenas e as autoridades políticas que, dentro de uma luta pelo pluralismo cultural, os grupos étnicos são capazes de defender e reconquistar espaços vitais para suas culturas e línguas. A comunidade Parkatêjê busca falar a língua e estudá-la é uma proposta positiva de resgate cultural e de reconstrução étnica.

## Considerações finais

O Brasil está em terceiro lugar em línguas ameaçadas de extinção de acordo com o Atlas de Línguas Ameaçadas de Extinção elaborado pela UNESCO em 2009. Das 190 línguas atestadas pela UNESCO todas são línguas indígenas e demonstram sinais de perda de funcionalidade dentro da comunidade indígena.

Por meio deste estudo, identificamos que duas macrovariáveis, *atitudes linguísticas dos falantes e escolarização*, contribuíram de forma decisiva para a situação de perda da vitalidade das línguas em estudo. E que a macrovariável *migração* que foi identificada somente nas comunidades que falam a língua Anambé, Aikanã e Xipaya também influenciou no uso da língua indígena. Não podemos afirmar que nas comunidades que falam Parkatêjê e Apurinã está macrovariável não influencie no uso da língua nativa, mas as informações cedidas nas entrevistas não relataram tal situação.

Entendemos que as atitudes e escolarização são macrovariáveis indissociáveis, pois a transmissão intergeracional de línguas nativas é a chave para a sobrevivência da língua, da cultura e da identidade destes povos. As escolas indígenas podem reconstruir os conhecimentos da língua indígena, ensinar a língua portuguesa, mas é a determinação da comunidade, a necessidade de afirmação enquanto pessoa indígena que move as propostas de revitalização.

Assim, ao observarmos a situação sociolinguística de cada comunidade de fala estudada podemos compreender como os fatores externos ao sistema linguístico atuam no uso da língua nativa e qual proposta deve ser relevante para a realidade da comunidade. É oportuno mencionar que as macrovariáveis identificadas podem atuar de forma positiva dentro da comunidade e mudar a realidade de perda linguística de muitas línguas indígenas. Desde que a comunidade tenha consciência da necessidade da manutenção do seu idioma.

O conhecimento produzido pela descrição e documentação de uma língua ameaçada de extinção contribui para o aperfeiçoamento das propostas de revitalização para a comunidade em estudo.

No caso da língua Anambé, infelizmente a situação de perda da língua é evidente. Os poucos indígenas que ainda se denominam da etnia Anambé lembram, bem pouco, da língua e das tradições. Pensar em revitalização deste idioma é uma utopia.

Em relação à língua Aikanã, o histórico de deslocamento das comunidades e a situação ambiental em que estão expostos agrava a situação de transmissão da língua pelas gerações. Somente um trabalho sistemático na escola da reserva poderia fazer surgir na comunidade um sentimento de manutenção da língua Aikanã, por meio do conhecimento dos anciãos repassar e valorizar a identidade e cultura Aikanã que está se perdendo.

Quando tratamos de educação escolar indígena, a escola assume papel importante na revitalização de línguas ameaçadas de extinção, pois quando age de forma convergente às necessidades de uma dada comunidade, esta serve de instrumento de afirmação da cultura e de manutenção da língua indígena.

Com a língua Apurinã a situação de perda também é evidente. No entanto, um ponto positivo que podemos mencionar é a elaboração de um material didático para o ensino da língua. A elaboração de materiais didáticos bilíngues, mais especificamente de livros didáticos, produzidos de acordo com a cultura de um povo específico, também contribui para a revitalização de línguas em extinção, haja vista que esses materiais, além de cumprirem sua função didático-pedagógica na escola, podem cumprir a função de suporte divulgador da cultura, da arte e de outros aspectos da vida e do saber de um povo minoritário.

A situação da língua Parkatêjê é estável, mesmo apresentando um grau de inserção da língua portuguesa muito grande, a comunidade tem consciência da necessidade de manutenção da língua nativa. Como a língua Parkatêjê não está mais sendo transmitida para as crianças como língua materna e assim crescem tendo a língua portuguesa como primeira língua, um trabalho de revitalização deve salientar o aprendizado da língua Parkatêjê entre os jovens. Esta comunidade possui um material sobre narrativas orais míticas que poderá dar suporte no ensino da língua Parkatêjê favorecendo a revitalização da cultura tradicional.

A língua Xipaya há alguns anos atrás foi considerada extinta, hoje conta com apenas 4 falantes em graus de fluência distintos e em locais afastados. Mas, a iniciativa dos filhos e netos de Maria Xipaya faz surgir uma nova esperança para esta língua. A mudança da cidade para aldeia já aconteceu, assim como a organização dos indígenas em associações e a construção da escola que irá ensinar a língua Xipaya já está em andamento. No entanto, devemos considerar que esta língua perdeu a funcionalidade perante seus falantes e a sua extinção é certa.



A situação sociolinguística dos idiomas apresentados, neste estudo, reflete a situação da maioria das línguas indígenas brasileiras. A inserção da língua portuguesa se dá de forma muito rápida se comparado com o tempo que se leva para a documentação de uma língua ameaçada de extinção, como é a condição de muitas línguas indígenas brasileiras.

Apesar do caráter preliminar do trabalho, este representa uma contribuição para futuras pesquisas sociolinguísticas nas línguas indígenas estudadas. Espera-se que as observações da situação de contato verificado nas línguas em questão possam auxiliar outros pesquisadores, a pensar em revitalização considerando a realidade hoje observada.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, V.A.; BUSSE, S. Contato linguístico e bilinguismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. *Línguas & Letras/ EDUNIOESTE*, Cascavel, v.1, n.1. 2000.

ARNAUD, E. Notícias sobre os índios Anambé (rio Cairari, Pará). *Boletim do Museu Emilio Goeldi. Antropologia*. n.42, setembro de 1969.

ARAUJO, Leopoldina. “Parkatejê X Português: caminhos de resistência.” IX Congresso Internacional da “Brazilian Studies Association” ([www.brasa.org](http://www.brasa.org)), Tulane University. New Orleans, Louisiana, Estados Unidos. 2008.

BORSTEL, C.N. Von. Bilinguismo: situações sociolinguísticas. *Revista Varia scientia*, n. 01, p.11-17, 2001.

BRAGGIO, S.L.B. Situação sociolinguística dos povos indígenas do estado de Goiás e Tocantins. *Revista Museu Antropológico*. Goiânia, UFG. 1992.

\_\_\_\_\_. O papel da pesquisa sociolinguística em projetos de educação, vitalização de línguas e cultura: relatos sociolinguísticos iniciais dos Avá-Canoeiro de Minaçu. *LIAMES 3*, Primavera. 2003.

\_\_\_\_\_. Tipologias sociolinguísticas: as macrovariáveis e seu papel na desvitalização das línguas: a Língua Xerente Akwén. *Línguas e Culturas macro-jê*. Goiânia. 2009.

Brasília: UNESCO Brasília; Paris: UNESCO, Delegação Permanente de Portugal junto à UNESCO, Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, 2010. 40 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/ Secretária de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROSTOLIN, M.R. Da política linguística à língua indígena na escola. *Revista Tellus*, ano 3, n.4,p.27-35, Campo Grande –MS.2000.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPBELL, L.; & MUNTZEL, M. (1989). As consequências estruturais da morte da língua. In: CARVALHO, M.G.P. *Sinais de morte ou de vitalidade? Mudanças estruturais na língua tembé: Contribuições ao estudo dos efeitos de contato linguístico na Amazônia Oriental*. Dissertação de Mestrado pela UFPA- ILC, Belém, Pará, 2001.

CRYSTAL, D. *Language Death*. Cambridge University Press (2000).

DORIAN, Nancy C. 1977. The problem of the semi-speaker in language death. *Linguistics* 191:23-32. 1977

DOWNES, W. *Language and society*. Cambridge University Press. (1998)

DREYER, Diogo. A realidade da educação indígena. [http://www.bibvirt.futuro.usp.br/layout/set/print/especiais/indios\\_fulni\\_o/a\\_realidade\\_da\\_e\\_d...](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/layout/set/print/especiais/indios_fulni_o/a_realidade_da_e_d...) 2/7/2008.

DUARTE, E.V. Concepção e elaboração de materiais de ensino para povos indígenas: o caso apurinã. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. 2009.

DUBOIS, J. et ali. (2000). *Dicionário de linguística*. Direção e coordenação geral da tradução de Izidoro Blinsein. SP: Cultrix.

EDWARDS, John. 1992. Sociopolitical aspects of language maintenance and loss: towards a typology of minority language situations. Em Willem Fase, K. Jaspaert, and S. Kroon (eds.). *Maintenance and loss of minority languages*. Amsterdam: Benjamins.pgs.37-54.

FERRAZ, Aderlande Pereira. 2007. *O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português*. n. 9, p. 43-73. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP9/Ferraz.pdf> Acesso em 20 set. 2010.

FERREIRA, Marília. *Aspectos morfossintáticos do Parkatêjê*. 2002. 276f. Tese de doutorado. UNICAMP/IEL. Campinas. São Paulo. 2003.

\_\_\_\_\_. *Descrição de aspectos da variante étnica usada pelos parkatêjê*. DELTA 21(1): 1-21. 2005.

\_\_\_\_\_. *Contato entre línguas, perda linguística e identidade étnica: notas sobre o povo parkatêjê*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras, linguística e suas interfaces no 40, p. 239-247, 2010

FISHMAN, Joshua A. *Reversing language shift: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages*. Clevedon: Multilingual Matters. 1991

\_\_\_\_\_. *Can threatened languages be saved? Reversing language shift, revisited*. Clevedon: Multilingual Matters. 2001.

FRANCHETTO, B. *Línguas indígenas e comprometimento linguístico no Brasil: situação, necessidade e soluções*. Caderno de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena. Barra Bugres: UNEMAT, v.3, n.1, 2004.

FREIRE, José Ribamar B. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na amazônia*. Tese de doutorado. Instituto de Letras. UERJ. Rio de Janeiro. 2003

GRENOBLE, L.A.; WHALEY, L.J. *Endangered languages: Current issues and future prospects*. Cambridge: Cambridge University Press.(1998).

\_\_\_\_\_. *Saving language: an introduction to language revitalization*. Cambridge University Press (2006).

HEYE, J. *Considerações sobre bilinguismo e bilinguabilidade: revisão de uma questão* (2003). In: MEZAVILA, Albertina. Bilinguismo e as redes de comunicação na comunidade ucraniana de Cascavel. Revista Línguas & Letras. Vol. 9, n. 17, 2008.

HILL, J.H. *Language death in Uto- Aztecan*. In: International Journal of American Linguistics 49(3):258-76. 1983

HINTON, L. *Language Revitalization: An Overview*. In: L. Hinton & K. Hale (orgs). *The Green Book of Language Revitalization in Practice*. San Diego: Academic Press. (2001)

KASSUPÁ, J.L. *Povo Aikanã levanta chamás ancestrais para resistir*. Revista Porantin – em defesa da causa indígena. Brasília. P. 06, dezembro 2011.

KINKADE, M. Dale. The decline of Native languages in Canada. Pp. 157-76 in Robins and Uhlenbeck, eds.1991

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4ª ed., São Paulo, 1992.

LIDÓRIO, R. *Indígenas do Brasil: Etnias indígenas brasileiras*. Departamento de Assuntos Indígenas da Associação de Missões Transculturais Brasileiras (DAI-AMTB). 2010

MCMAHON, A. (1994). Understading Language Change. In: CRISTÓFARO SILVA, T. Morte de língua ou mudança linguística? Revista do Museu Antropológico, Volumes 5-6, Número 1. Goiânia: UFG, 2002.

MAIA, Marcos. A revitalização de línguas indígenas e seu desafio para a educação inter-cultural bilíngüe. Artigo apresentado no VII Congreso Latinoamericano de Educación Intercultural Bilíngüe, realizado em Cochabamba, Bolívia. 2006.

MANZINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MELO, Heloisa A.B de ; SILVA, Sidney S. Revisitando contextos bilíngües em Goiás. Revista UFG, Ano XIII nº 10, Julho 2011.

MOORE, Denny; GALUCIO, A. V.; GABAS JUNIOR, Nilson. O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. Scientific American Brasil - Amazônia (A Floresta e o Futuro), Brasil, p. 36 - 43, 01 set. 2008.

MOORE, Denny; GABAS JÚNIOR, Nilson. O futuro das línguas indígenas brasileiras. In: Raízes da Amazônia. Ano 1, vol. I, n. 1 – jun. 2005. INPA Manaus- AM.

MOORE, Denny. Línguas indígenas: a situação atual, levantamento e registro. Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=213>>. Acessado em 05/08/2010.

NETTLE, Daniel, and Suzane ROMAINE. *Vanishid Voices: The extinction of the worlds languages*. Oxford University Press. 2000.

OLIVEIRA, Adélia E. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (século XII ao XX). Boletim do Museo Paraense Emilio Goeldi, Série antropologia 4(1). p. 65-116. 1988.

OLIVEIRA, Caroline P. Educação indígena: ensino de língua étnica, metodologia intercultural e algumas reflexões. Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, n. 6. UFRJ. 2009.

OESSELMANN, Dirk. Encontros transculturais: sua importância para pensar e agir democrático de educadores(as) numa comparação internacional / Dirk Oesselmann e Maria Lúcia Gaspar Garcia (Orgs.). – Belém: Unama, 2010.

PACHECO, Frantomé. *Análise da produção sobre as línguas dos povos indígenas do Amazonas*. In: Amazonas indígena: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no estado do Amazonas. Relatório final. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas / FAPEAM. 2009.

PEREIRA, Érica L.B. *Variação em apurinã: aspectos linguísticos e fatores condicionantes*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

PEREIRA, Andréia M. *A riqueza Sociolinguística e Cultural dos Povos indígenas de Rondônia*. Anais do SIELP. Volume 1, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2011.

RODRIGUES, A. D. (1994) *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.

RODRIGUES, Aryon. *Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia (2000)*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz5.htm>>. Acesso em: 30/05/2010.

\_\_\_\_\_. *Biodiversidade e diversidade etnolinguística na Amazônia*. In: Cultura e biodiversidade entre o rio e a floresta. p.269-279. 2001.

\_\_\_\_\_. *Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil*. Ciência e Cultura, v. 57, n. 2, pp. 35-38. 2005.

ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism*. Oxford: Blackwell. 1995.

\_\_\_\_\_. *Linguistic diversity, sustainability, and the future of the past*. Pp. 7-22 in K. King et al., eds. 2008.

SEKY, L. *Línguas Indígenas do Brasil no Limiar do século XXI*. Revista Impulso, n.27, 2000, p. 233- 256.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In.: *A língua dos índios Yawanawá do Acre*. DE Paula, A.S. Maceió. EDUFAL, 2007, p. 17.

SCHNEIDER, Maria Nilse. *Variação e discriminação linguística no ensino e aprendizagem de línguas em comunidades bilíngues*. Calidoscópico, vol.7, n. 1, p. 79-85, jan/abr 2009.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel. *A situação sociolinguística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura*. Brasília: FUNAI/DEDOC/2001. 145p. 2001

STORTO, L. *A report on language endangerment in Brazil. Papers on Language Maintenance of Linguistic Diversity*. J.D. Bobaljik, R. Pensalfini & L. Storto (Eds.). The MIT Working Papers in Linguistics Vol. 28, 1996.

SPINASSÉ, P.K. *Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil*. Revista Contingentia, v. 01, p. 01-10, 2006.

THOMASON, S. G. *Language Contact: An Introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

Van der VOORT, Hein. *Theoretical and social implications of language documentation and description on the eve of destruction in Rondônia*. Conference on Language Documentation & Linguistic Theory. School of Oriental and African Studies- University of London. 2007.

ZIMMERMANN. Klaus. Situação demográfica, condições sociais e tipos de educação bilíngue intercultural. In: Atas do I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL. 1. Ana Suely Arruda Câmara Cabral e Aryon Dall'Igna Rodrigues (Org.). Belém, EDUFPA, 2002.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Language Vitality and Endangerment (2003). Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00120-EN.pdf> acessado em junho de 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Atlas de las lenguas em peligro en el mundo.(2009) Disponível em: <http://www.unesco.org> Acesso em novembro de 2011.

## ANEXOS

### **Entrevista com Risoleta Julião concedida à mestranda Danielle Franco em 02/12/2012.**

1– Com qual língua indígena você trabalha e em que situação de ameaça ela se encontra?

Língua anambé, da família tupi-guarani. Hoje, pode-se dizer que a língua anambé é uma língua morta. Em 1989, data do meu primeiro contato com os anambé, já a língua havia sido substituída pelo português que já recobria todas as atividades da vida interna do grupo: atividades no interior da família, a organização do trabalho, reuniões, encontros, visitas. Mesmo os netos e filhos daqueles de quem se dizia que ainda sabiam anambé (o caso das duas índias que trabalharam comigo) tinham no português a língua materna.

2- De que sobrevive a comunidade em se tratando de economia?

Na época das primeiras viagens de campo, constatei que o dinheiro circulava muito pouco na comunidade, geralmente proveniente da venda de farinha em Mocajuba. Alguns gêneros alimentícios eles adquiriam por meio de trocas com os “marreteiros” e com outros moradores das margens do rio Cairari. O dinheiro passou a circular um pouco mais com algumas aposentadorias dos índios mais velhos pelo Fun-rural. Mais recentemente foi introduzida a bolsa escola.

3 - Qual a primeira língua que as crianças aprendem a falar?

Português. Fato já constatado desde a primeira visita aos anambé em 1989

4 - Que língua é ensinada na escola?

Português. A escola foi introduzida na área em 1988 e o português sempre foi a língua utilizada.

5 – Há monolíngües em língua indígena?

Não. Já em 1989 não havia mais monolíngües em anambé. Todos, com mais ou menos proficiência, usavam o português. E não houve casos de não-índios que, casados com anambé, tivessem aprendido a língua.

7- Qual a atitude dos falantes dentro e fora da comunidade em relação às línguas ali utilizadas?

Atitudes linguísticas? Impossível medir isso porque o português já nos anos 1980, e provavelmente antes mesmo (Napoleão Figueiredo, em 1968, constatou o uso do português entre os integrantes do grupo), era a língua corrente na comunidade. Quando os conheci não se mostravam preocupados com o fato de não falarem mais anambé. Alguns reconheciam que sabiam algumas palavras e frases. Um homem na faixa dos 40 anos admitiu que em criança falava “a língua”, mas quando o conheci só usava português. Nunca negaram o fato de ser índios. Algumas famílias abandonaram a área e passaram a morar em Mocajuba. Provavelmente uma 3 ou 4.

9 – Quem participa mais das atividades de revitalização? Homens ou mulheres? Jovens, crianças ou idosos?

Não cheguei a desenvolver propostas de revitalização da língua. Durante um certo tempo se apresentaram em Moju, na Semana do índio ou no 7 de setembro, usando adereços que alguns aprenderam a confeccionar com outros índios durante permanência, sobretudo, na casa do índio, em Belém. Na escola, havia um professor de cultura que ensinava a confecção de adereços, contava a história do grupo. Sua saída da área para viver junto a outro grupo determinou o fim das atividades.



**Entrevista com Sidney Facundes concedida à mestranda Danielle Franco em 19/11/2012.**

1 – Com qual língua indígena você trabalha e em que situação de ameaça ela se encontra?

A língua apurinã faz parte da família Aruak. Encontra-se em perigo de extinção, pois em geral, já não está sendo falada. Há aproximadamente 30 comunidades distintas. Não é possível ser exato em relação ao número total de indivíduos apurinã, pois eles estão espalhados em muitas comunidades. Costumo estimar algo em torno de 3000 indivíduos

2- De que sobrevive a comunidade em se tratando de economia?

Varia, dependendo da comunidade e estação. Inclui castanha, farinha, aposentadorias e salário de professores e de agentes de saúde. Em geral, vivem do cultivo, caça e pesca de subsistência.

3 - Qual a primeira língua que as crianças aprendem a falar?

Em geral, hoje em dia é português.

4 - Que língua é ensinada na escola?

Português.

5 – Há monolíngues em língua indígena?

Apenas poucas pessoas bem idosas em uma ou outra comunidade, além de uma família um tanto arredia que vive afastada das comunidades.

6 - Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com os mais velhos?

Em geral, o português, com as poucas exceções.

7- Qual a atitude dos falantes dentro e fora da comunidade em relação às línguas ali utilizadas?

Isso carece de pesquisa sistemática, mas pode ser informalmente caracterizado como um quadro histórico de subvalorização do Apurinã em detrimento do português como estratégia de sobrevivência e adaptação à sociedade envolvente.

8 - Eles acham melhor falar que língua?

Português, exceto pelo recente movimento de valorização do Apurinã, mais como um elemento simbólico da etnia, relacionado a atividades políticas envolvendo pessoas que já não falam Apurinã.

9 – Quem participa mais das atividades de revitalização? Homens ou mulheres? Jovens, crianças ou idosos?

Pessoas que trabalharam como meus consultores da língua e que aprenderam comigo a escrita na língua. Todos são homens adultos. O trabalho de revitalização ainda é informal e consiste do uso de materiais sobre a língua que eu, meus alunos e os consultores apurinã produzimos.

**Entrevista com Leopoldina Araújo concedida à mestrandia Danielle Franco em 17/09/2012.**

1 – Com qual língua indígena você trabalha e em que situação de ameaça ela se encontra?

Desde 1974, trabalho com a língua falada na comunidade indígena *parkatêjê*, que mora na Terra Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Pará. De fato, nessa terra vivem remanescentes de três antigos grupos, resultantes de conflitos internos, no início do século passado: os *parkatêjê*, que ocupam hoje (2012) duas aldeias, a *Kupëjipôkti*, no Km 30 e a *Rôhokatêjê*, no Km 34; os *kÿikatêjê*, no Km 25 e, muito recentemente, uma família *akrântkatêjê*, no Km 15.

Na literatura, afirma-se que qualquer língua com menos de 100.000 habitantes está fadada ao desaparecimento, ora, a turma *parkatêjê* tem agora em torno de 500 pessoas e os *kÿikatêjê* mais os *akrântkatêjê* não devem perfazer muito mais do que 500 (não disponho desses dados). A par disso, considerando as três comunidades, existem casamentos interétnicos, tanto com pessoas de outros povos indígenas, como com regionais e mesmo pessoas de Belém, que, evidentemente, não conhecem a língua tradicional. A presença *kupê* (estrangeira) é muito forte, ainda mais com a introdução da televisão nas casas. Então, entendo que haveria necessidade de uma política – e planejamento – linguística(o) muito firmes, para que a língua tradicional voltasse a ser usada na interação diária.

Há, no entanto, uma firme condução do chefe da comunidade, recomendando e trabalhando junto aos jovens o respeito pela cultura e língua tradicional. Vive-se, neste momento – e há algum tempo, de fato – a consciência da necessidade de revitalização da língua e da cultura, com ensino de cantos tradicionais, formação de novos cantadores e retomada da nomeação tradicional. A despeito disso, não vejo a possibilidade de retomada integral do uso linguístico dos antigos, mas são passos no sentido de fazer face à ameaça de desaparecimento completo do idioma tradicional.

2 - Qual a primeira língua que as crianças aprendem a falar?

Não tenho nenhum levantamento a esse respeito, mas, do que tenho podido observar, mesmo as mães e avós que ainda falam a língua tradicional correntemente falam predominantemente, ou também, em português com suas crianças.

3 - Que língua é ensinada na escola?

A escola, da SEDUC, do maternal à oitava série, é em língua portuguesa. Ultimamente tenho andado distante, mas, do que sei, o parkatêjê tem aulas específicas, mas a Escola tem conseguido manter um trabalho sistemático de uso da língua e transmissão de informações culturais parkatêjê. A par disso, na própria comunidade está havendo uma iniciativa de ensinar cantos tradicionais às crianças.

4 - Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com os mais velhos?

Do que tenho observado, ao longo do tempo em que trabalho com o povo, cada vez mais é a língua portuguesa a usada.

5 – Há monolíngues em língua indígena?

Que eu conheça e possa assegurar, tem apenas um velho que se pode dizer ser monolíngue, embora haja uns poucos que se expressam entre si preferencialmente em parkatêjê, mas, em contato com kupê ensaiam a comunicação em português.

6 - Eles acham melhor falar que língua?

Nunca fiz essa pergunta na comunidade, mas eu diria que abaixo dos 50 anos a preferência é pela língua portuguesa, embora alguns consigam comunicar-se com os velhos na língua tradicional.

7 – Quem participa mais das atividades de revitalização? Homens ou mulheres? Jovens, crianças ou idosos?

O ciclo ritual tem continuado a ser feito, ao longo dos últimos 30 anos – desde que conheço a comunidade. Nas festas, normalmente, todos da comunidade participam e, nos últimos 20 anos, eu diria, tem crescido a consciência da necessidade de revitalização. A

turma que está entre 30 e 45 anos tem tomado cada vez mais consciência da urgência da revitalização da cultura, conscientes do seu caráter dinâmico, i. e., que revitalizar não significa voltar a fazer tudo como antigamente, mas retomar valores, condutas, práticas sociais, reivindicando a identidade indígena e o pertencimento ao povo Parkatêjê.

**Entrevista com Hein van der Voort concedida à mestrandia Danielle Franco em 12/09/2012.**

1 – Com qual língua indígena você trabalha e em que situação de ameaça ela se encontra?

As línguas que eu estou trabalhando são faladas em Rondônia. Rondônia é uma região com muitas línguas indígenas. O Estado tem 25 línguas indígenas diferentes e a maior parte é muito ameaçada, metade destas línguas tem pouco mais de 50 falantes, uma terça parte tem pouco mais de 10 falantes. Trabalhei de 2001 até 2005 com uma língua chamada Arikapu, que pertence ao tronco Macro Jê e tem dois falantes. Eu fui buscar falantes. Eu fui verificar se ainda havia falantes e achei dois. Agora, tem só um por que um velho pajé, foi embora em 2009. Outra língua que eu trabalhei foi a Kwaza, língua isolada, não faz parte de nenhuma família linguística, tem 25 falantes. E trabalhei com uma que tem 200 falantes, a Aikanã, também língua isolada.

A situação em Rondônia é que quase todas as línguas são muito ameaçadas. Rondônia em 1960 era verde, agora está cinza. Se você observar pelo Google Earth, dá pra ver manchas verdes, quadrado, redondinhos que são as áreas indígenas. Ao redor já desapareceu a vegetação. Então, no início do século passado os índios foram humilhados, dispersados e muitos morreram por causa de doenças, por isso, em Rondônia os grupos indígenas são pequenos. As reservas tem contato constante com o mundo ao redor. As reservas são pequenas, relativamente pequenas, e não tem mais a faixa de terra contínua que possam utilizar para a caça. Então, são grupos isolados e depois de algumas gerações não tem mais como casar dentro da etnia então tem que casar com outro índio ou com branco. Então as populações ficam mistas e essas muitas reservas indígenas são tipo lixeiras étnicas.

O português está realmente tomando esse papel de língua franca e quase todos os indígenas sabem português, especialmente os jovens, tem os velhos, aqueles bem velhinhos que nasceram na maloca antes da década de 60, às vezes não falam o português, mas depende, várias situações são possíveis em Rondônia, mas esse é um dos padrões.

2 – Mas, na escola, os indígenas aprendem a língua Aikanã ou Português?

Na cidade é sempre português.

3 – Então os indígenas vão para a cidade estudar ou tem escola na aldeia?

A maioria vai para a cidade, pois o governo estadual e municipal estabeleceram escolinhas nas reservas e estão aumentando, de acordo com a constituição. Estão falando de educação diferenciada que os índios têm que ficar dentro da aldeia, que tem direito à educação na língua indígena e outras coisas. A lei é bonita, mas não tem condições, às vezes não tem condições financeiras, de recursos humanos para fazer isso, não tem pessoas para trabalhar. O índio pode ser assessor da educação, tem muito disso, o índio que fala a língua é ajudante indígena do professor. Mas, não é tão efetivo e nem sempre tem professor indígena.

Em uma aldeia muito afastada, na região do Guaporé, tem um professor indígena, da língua Djeromitxi. Esse professor ensina nessa língua e todo mundo aprende Djeromitxi. Mas depende do indígena, do professor, ele é muito motivado, está capacitado e gosta do que faz.

4 - E em relação a essas línguas que você estudou foi aplicado algum projeto de revitalização na aldeia em que esteve?

Eu me coloquei a disposição de ajudar a revitalizar a língua, para não perder a língua. No início quando eu comecei nos anos 90 em Rondônia tentei conscientizá-los sobre o valor da língua indígena. Naquele tempo, ainda não achavam que valia a pena, isso mudou bastante, o governo ajudou a mudar muito. O que eu vejo em Rondônia é que os índios são conscientizados, mais conscientizados do que há 15 anos. Agora, os instrumentos práticos para realizar a revitalização, se forem necessário, ainda não funcionam bem.

Nesse sentido, meu trabalho linguístico, técnico e científico ajudou a conscientizar os indígenas. Além disso, eu tentei disponibilizar meu conhecimento de uma maneira mais prática na comunidade, em forma de cartilha fiz uma ortografia da língua kwazá, fiz uma cartilha pequena. Da língua Arikapu fiz um dicionário popular das línguas em uso.

5 - Em Aikanã ainda há indígenas monolíngües?

São idosos e menos de cinco pessoas. Destes cinco tem uma idosa que é monolíngue e não fala português, é muito complicado falar com ela. Mas os outros é outra situação, são homens monolíngües na língua tradicional, mas tem conhecimento do português, são todos idosos, o mais antigo deve ter uns 95 anos. Esses indígenas idosos encontraram os primeiros exploradores na região, trabalharam como escravos. Nessa situação eles aprenderam o português para vender a borracha, eles entendem um pouquinho do português. Isso é muito característico para essa geração, mas é difícil comunicar com eles. Dá para comunicar sobre espingarda, sobre borracha são palavras muito específicas.

6 - Qual a primeira língua que as crianças aprendem a falar? Aikanã ou Língua portuguesa?

Isso varia, por que tem casamentos monoétnicos, situação em que as crianças tem um forte incentivo de aprender Aikanã como língua materna. Quando tem casamento multiétnico, por exemplo, Aikanã com Sabanê (pois muitos Sabanê falam Português), então eles falam português. Quando o casamento é misturado sempre é português. As crianças aprendem português. Parece que os jovens, hoje em dia, entendem um pouco Aikanã, ouve todo dia, mas nunca conseguiram aprender, não conversam na língua, não fala ativamente na língua. Eu tenho duvida sobre a competência deles nessa língua. Acredito que os pais sempre falaram português para esse grupo de jovens e assim, nunca desenvolveram a coragem de usar outra língua. Estou percebendo agora que os jovens entre si falam português, mesmo que não precise e os velhos estão reclamando sobre os jovens que não conversam em Aikanã, não é mais com respeito, não sabe falar direito.

7 - Em relação à conscientização destes indígenas, você disponibiliza material para que eles possam entrar em contato com esta língua. Você percebeu que surtiu algum sentimento dentro do grupo em relação ao aprendizado do Aikanã?

Às vezes sim. Temos uma cartilha da língua que serve para as crianças irem conhecendo na língua. Não é para aprender a língua é só para aprender a escrever a língua. É uma motivação para entrar em contato com a língua. Então, eu percebo muita

expectativa em preservar a língua. A cartilha é para aquele que já sabe a língua, é só para ajudar a ler e escrever.

O que seria ideal além dessas cartilhas e dicionários, uma descrição da gramática para leigos, uns livrinhos para aprender a língua, mas tem que ter um professor que sabe lidar com esses materiais, nem precisa ser professor indígena, tem que ser uma pessoa que saiba a língua e o que vai ensinar. Eu podia ensinar e eles iam aprender, mas não posso, não tenho tempo, nem condições financeiras para isso.

### **Entrevista com Carmem Rodrigues concedida à mestrandia Danielle Franco em 13/09/2012.**

1 – Com qual língua indígena você trabalha e em que situação de ameaça ela se encontra?

Eu trabalho com a língua Xipaya, essa língua está classificada na família linguística Juruna e faz parte do tronco Tupi. Eu fui a primeira vez a campo fazer uma investigação e procurar os falantes. Até o momento ninguém nem sabia se existia falantes, foi assim uma curiosidade porque o que a gente sabia que era uma língua extinta. Naquele momento, em Altamira, não se sabia quem era Xipaya, quem era Curuaya. Quando chegamos até a D. Maria, foi muito difícil, pois no início para fazer a coleta de dados, ela era muito desconfiada.

Aos poucos ela foi se soltando até que a gente conseguiu conquistar a confiança dela. A partir daí ela começou a se interessar pelo trabalho e me dizia que a noite quando eu saía da sua casa, ela ficava pensando na língua, ela dizia que ela ficava estudando a língua, este



é o termo que ela usa até hoje. Estudar na língua para ela é ficar lembrando quando ela falava com o pai dela.

No passado teve muitos casamentos entre Xipaya e Curuaya, são duas línguas de famílias distintas. No passado, os Xipaya moravam mais para o Rio Curuá e alguns próximo ao Rio Iriri. Mas em virtude de muitos conflitos com outros povos, os Xipayas acabaram saindo desta região. Mas, Maria Xipaya afirma ter nascido na região do Baú, que ficava próximo ao rio Iriri. Os Xipayas chegaram a morar entre os seringueiros na coleta da seringa e como mateiros, eles caçavam o gato maracajá e tiravam o couro e vendiam. Os Xipaya tiveram um contato muito intenso com os não índios.

Segundo a minha informante (Maria Xipaya) muitos indivíduos da comunidade deixaram de falar a língua indígena porque aprenderam a falar o português ainda criança. O contato da língua portuguesa era intenso e a língua indígena não tinha prestígio nenhum. Havia um preconceito muito grande com as pessoas que falavam a língua indígena. Até hoje nós temos isso, mas de uma forma muito distinta.

Enfim, todos esses fatores como os conflitos com os índios, a dispersão, o contato intenso com os seringueiros, com os ribeirinhos foram fazendo que os Xipaya fossem aprendendo o português e deixando de falar a língua indígena a ponto de não repassá-la aos filhos.

Aproximadamente em 2006 eu encontrei outra informante, a Odete, que também é Xipaya e lembra um pouco da língua. O contato que tive com ela foi junto com a Maria Xipaya. O que eu percebi é que a Odete tem um pouco de vergonha, não consegui muitos dados. Muitas vezes ela dizia assim: - Eu não sei falar direito, a Maria que fala direito. E a Maria Xipaya muitas vezes corrigia a Odete, que se sentia inibida. Eu ainda tenho que investigar, mas a Odete tem uma variedade linguística diferente da Maria Xipaya.

Considerando que a Odete ainda está viva, o João ainda está vivo, eles são quatro falantes em graus distintos de domínio da língua, pra mim a informante principal que tem uma fluência maior é a Maria Xipaya, depois poderia vim ser a Odete.

Desde quando eu comecei o trabalho com a Maria Xipaya, algo que eu insistia tanto e ainda continuo insistindo, eu dizia: - D. Maria a senhora pode falar com seus netos em Xipaya! Mas é difícil para ela entender que a criança quando estimulada vai assimilar e aprender o que se está sendo dito. Então ela me respondia: - Mas, é eles (filhos e netos) que tem que vim perguntar pra mim.

Eu entendo que para a Maria Xipaya só ela fala a língua na comunidade. É muito difícil você conseguir a revitalização de uma língua quando você não tem outra pessoa para falar, não tem com quem se comunicar. D.Maria não vê sentido em falar com uma criança, que ela sabe que não vai entender, é assim que ela pensa.

2 - Qual é a primeira língua que as crianças aprendem a falar?

É o português, por que a língua não é repassada de maneira alguma para as crianças. Eu vejo que eles têm consciência e estão preocupados, eles sabem que a referência para eles hoje, nessa aldeia, é a Maria Xipaya.

A língua materna deles é o português. É uma situação angustiante, pois a partir do momento que não tiver mais a Maria Xipaya não tem mais referência da língua. Então, alguns sabem algumas coisas assim nome de fruta, de objetos. Os filhos da Maria Xipaya sabem alguma coisa da língua, mas não tem fluência nenhuma, não conseguem conversar com a mãe. Eu percebo que eles têm essa angustia, por exemplo, agora eles estão fazendo encontros com outras etnias e aí os outros perguntam: - Como é que fala tal coisa na tua língua?. Então eles se sentem constrangidos em não saber Xipaya.

Então a língua pode ser considerada em ultimo estágio de extinção, contando com apenas quatro falantes com graus distintos de fluência e a língua não está sendo transmitida para as crianças e para ninguém.

3 - Qual a língua ensinada na escola?

Quando eles moravam na cidade, os indígenas frequentavam a escola em Altamira com ensino em português. Hoje, eles estão em aldeia e estão com a intenção de colocar uma pessoa para ensinar a língua Xipaya. Eu acho ótimo, mas eles não têm uma pessoa para esta função.

Eu cheguei a fazer um grupo de estudo, em que eu ensinava a língua, mas a Maria Xipaya estava lá. Eles aprenderam algumas coisas como o nome e os pronomes. Eu ia mostrando um pouco da língua e eles iam construindo frases, exercícios com perguntas e respostas. Sempre a Maria Xipaya estava por lá para verificar a pronúncia. Mas isso foi por pouco tempo.

Depois de muito tempo morando na cidade de Altamira, os Xipayas decidiram morar em aldeia. É uma situação meio complicada porque onde eles estão morando faz parte do território Arara e a aldeia se chama Cujubim, Na escola, embora eles tenham um espaço e queiram alguém para ensinar a língua, até o momento não tem ninguém para fazer isso. Se querem estudar tem que ir para a cidade.

4 - Que língua é usada para falar com os mais velhos?

Só o português, e esses quatro mais idosos que ainda falam algo de Xipaya quando se encontram, falam uma coisa ou outra na língua. No geral falam português, por que ainda tem o problema da vergonha.

5 - Há monoligues na língua tradicional?

Não.

6- Os indígenas acham melhor falar que língua e em que situação?

O português é a língua de comunicação que eles aprenderam desde cedo. Mas, hoje se eles pudessem voltar o tempo, saber a língua era algo maravilhoso para eles. O que eu percebo, hoje, é como se eles quisessem recuperar esta língua de alguma forma. Os Xipaya estão tendo contato com outras etnias e começaram se organizar montando uma associação que está legalizada, elaboraram projetos de plantação de cacau. Atualmente na aldeia tem-se a figura do chefe e do subchefe, tudo isso é novo para eles. Essa geração nasceu em Altamira, com exceção de alguns que viveram pelas redondezas de Altamira, mas que não estavam em aldeia. A única pessoa que teve a experiência de estar em aldeia foi a Maria Xipaya e dois velhos, um descendente de Xipaya e um descendente de Curuaya, que também nasceram em aldeia.

Uma vez a filha da Maria me muitos indígenas estavam com vontade de mudar o nome, por causa do preconceito na escola. Quando eu comecei a fazer o trabalho com a D.Maria, muitos não faziam questão de dizer que eram Xipaya ou Curuaya. Agora, os que não faziam questão do nome indígena, são os mais interessados em falar a língua Xipaya. É claro que hoje eles se sentem mais importantes.

Eu não vejo como revitalização nesta língua. Por mais que alguém diga que é possível, eu não consigo ver como. Eu vou lá esporadicamente.

7 - Quem participa mais dos projetos de revitalização?

Não há trabalhos de revitalização, se tivéssemos pelo menos dois falantes juntos, podíamos falar em alguma possibilidade de fazer revitalização. Eu fico em uma situação que me pergunto: E o que eu faço? Qual é o meu papel? Não é de fazer um projeto de revitalização! Mas, como?

Eu sinceramente, não sei, por mais que me diga ao contrário, isso só seria possível se partisse dela (Maria Xipaya) e dos outros uma iniciativa de ensino.